

JUSTIÇA & CONSERVAÇÃO

POLÍTICA • TURISMO • MEIO AMBIENTE • CIDADANIA • CULTURA

Ano 1 • #1 • Janeiro 2020 • www.justicaeco.com.br • Distribuição Gratuita

ESPECIAL
LITORAL

CONSTRUÇÃO DE PORTO EM PONTAL DO PARANÁ ENVOLVE ROUBO DE TERRAS



Crédito: Portos do Paraná

Complexo industrial portuário privado seria construído em terras públicas que foram roubadas da população paranaense na década de 1940. Além disso, a construção do porto comprometeria mais de 27 milhões de metros quadrados de um bioma que está ameaçado de extinção. O Ministério Público do Paraná questionou o poder público e aguarda respostas do governo do Estado sobre as incoerências

que envolvem o projeto. Se for realizada, a obra do porto em Pontal do Paraná ainda expulsaria comunidades indígenas e tradicionais dos locais onde vivem há séculos, colocando em risco toda herança cultural do litoral do estado. A reportagem mostra ainda como todo o trâmite do projeto é recheado de incongruências, falhas e ainda de suspeitas de corrupção. Grande parcela da sociedade rejeita a proposta. p. 11

Deputado denuncia que a gestão do lixo na Ilha do Mel é estarrecedora
p. 17

Potencial turístico do litoral é imenso e pouco valorizado
p. 4

População do litoral participa de oficinas de fotografia e mídias sociais
p. 26

OJC e Barco Sorriso levam serviços de saúde a comunidades isoladas
p. 23



Crédito: Leo Francini

Berçário marinho: litoral do Paraná é refúgio de animais raros e ameaçados de extinção

Berçário marinho paranaense abriga espécies ameaçadas de extinção, como peixes, raias, tubarões e tartarugas. O litoral também é local de descanso para espécies migratórias e animais impressionantes. p. 8



Crédito: Bruno Santos

Ensaio fotográfico mostra que o drama do porto tem rosto p. 25



Crédito: Atmosfera2Arquitetura

Projeto de desenvolvimento com soluções turísticas é apresentado ao Governo

Estudo foi pago por meio de uma campanha de financiamento coletivo. Se opção for considerada, litoral do Paraná pode se tornar referência em cicloturismo e turismo de natureza. p. 21



Crédito: Divulgação

Sem Operação Mão Única, trânsito do litoral do Paraná viverá novo caos

Em novembro, motoristas demoraram cinco horas para retornar do feriado da Proclamação da República. Depende do governo estadual se a cena se repetirá durante esta temporada de verão. p. 3

OPINIÃO

Petróleo e containers não atraem turistas
Empreendimentos de alto impacto em áreas de extraordinárias riquezas naturais inviabilizam turismo. p. 20

A ideologia como bode expiatório
Tentativa de ideologizar a discussão ecológica é tática de um jogo de interesses privados. p. 16

EDITORIAL

Em tempos de polarizações e de excesso de informações, torna-se imprescindível poder selecionar fontes confiáveis baseadas nos princípios que norteiam a democracia. Segundo o famoso biólogo E.O. Wilson, “estamos nos afogando em informação, mas famintos por sabedoria”. As tão citadas “fake news” sempre existiram, porém, até pouco tempo atrás, não contavam com plataformas digitais ou com a velocidade do ciberespaço.

Seus efeitos nocivos têm sido surpreendentes e, aos poucos, a sociedade vai compreendendo a extensão dos danos que algoritmos preparados, única e exclusivamente, para prender a atenção do usuário podem causar. A reafirmação e a divulgação de discursos de ódio, preconceitos e posturas antes restritas a grupos isolados, alcançaram agora níveis impressionantes.

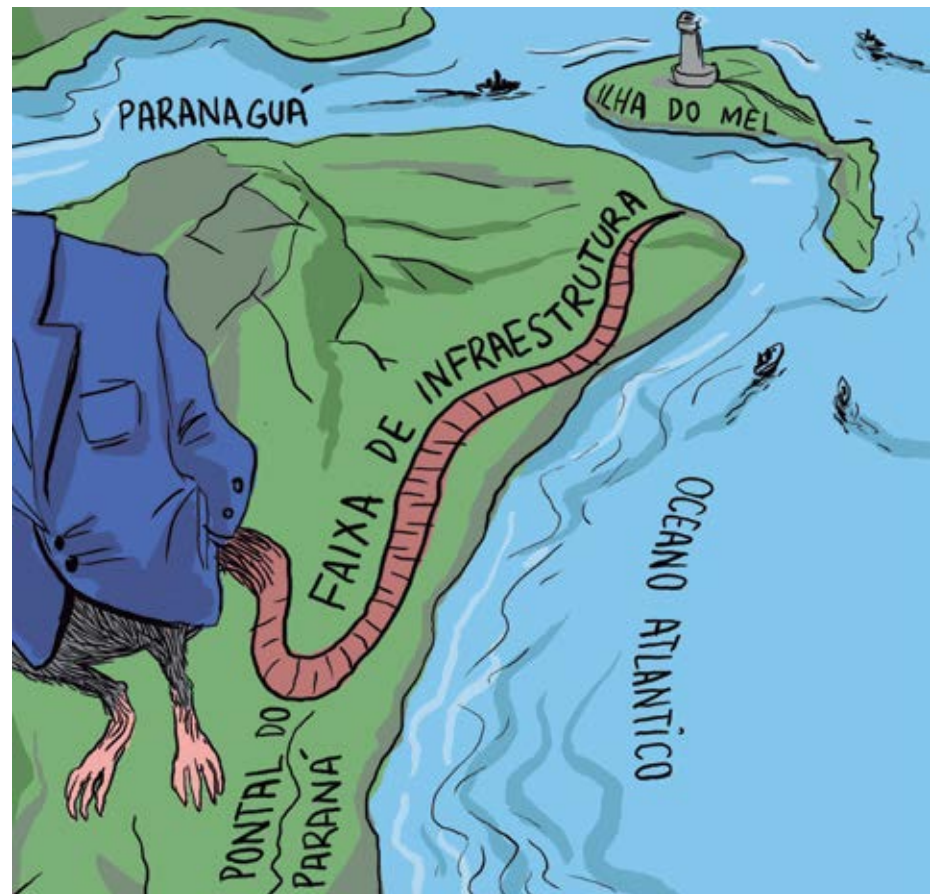
Este jornal - que temos a honra de inaugurar e distribuir gratuitamente - vai na contramão da informação superficial e apressada. No contexto tecnológico atual, representa uma ousadia, não apenas por se tratar de um veículo impresso, mas por ser uma iniciativa totalmente apartidária e sem qualquer fim lucrativo. Nosso objetivo é, estritamente, o de levar informação isenta e útil aos cidadãos interessados em contribuir com a construção de uma sociedade mais solidária, justa e ética.

O Observatório de Justiça e Conservação (OJC) trabalha, desde 2016, pela legalidade, transparência e contra a corrupção na área ambiental. Por meio das redes sociais e da produção de conteúdos, promove o esclarecimento de temas como meio ambiente, saúde, educação, negócios de impacto social, entre outros.

Agora, com o **Jornal Justiça e Conservação**, buscamos aprofundar temas de extrema importância relacionados ao patrimônio público natural e afins, que não contam com tanto espaço e atenção da grande imprensa.

Entendemos que o exercício da cidadania corresponde não apenas ao exercício e defesa de direitos, mas também implica em obrigações para com as gerações futuras. Se, como disse Thomas Jefferson, “o preço liberdade é a eterna vigilância”, exigir de nossos políticos a observância dos princípios básicos da administração pública não é apenas um direito, mas também nosso dever. Será papel também deste jornal o zelo por estes princípios, além de outros civilizatórios, como a valorização da ciência, da ética e da liberdade de imprensa.

Pedimos aos cidadãos que prezam pela transparência e pela informação isenta, que apoiem esta ideia. Precisamos do seu apoio! Veja ao lado como você pode contribuir tornando-se um associado do OJC. Juntos podemos trabalhar pela conservação de nosso patrimônio público e dos pilares da justiça. Mãos à obra!



Crédito: Robson Villalba



Quer apoiar este jornal e outras ações em defesa do patrimônio natural?

Você precisa conhecer o Programa de Associados do Observatório de Justiça e Conservação!

O Observatório de Justiça e Conservação (OJC) é uma iniciativa apartidária e colaborativa, sem fins lucrativos, que trabalha com o objetivo de fiscalizar as ações e omissões do poder público em assuntos relacionados à conservação da natureza e da biodiversidade. O OJC é resultado da união de entidades públicas, privadas, organizações não governamentais, universidades, pesquisadores e profissionais liberais.

Seu apoio financeiro nos ajuda a manter este jornal e, também, a trabalhar ainda mais em defesa da natureza, do bem comum e contra as práticas ilícitas e corruptas na área ambiental. Sua ajuda é muito importante para garantir que as nossas ações consigam contribuir cada vez mais para a proteção da nossa natureza!

Em três anos de atuação, o OJC já conduziu campanhas de mobilização popular expressivas, como os movimentos “#SalveIlhaDoMel!”, em prol da proteção do local, reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco e o “#ParePresteAtenção!”, em defesa da APA Escarpa Devoniana.

Acesse benfeitoria.com/ojc ou escaneie o QRCode abaixo e se veja como ser um *Associado do OJC!* Juntos podemos mais!



EXPEDIENTE

Jornal Justiça & Conservação

Número 1 – Ano 1 Dezembro 2019

Tiragem: 10 mil exemplares

Iniciativa do **Observatório de Justiça e Conservação**

Telefone: (41) 3528-4847 www.justicaeco.com.br

justicaeconservacao@gmail.com

Sem operação Mão Única, trânsito do litoral do Paraná viverá novo caos

Em novembro, motoristas demoraram cinco horas para retornar do feriado da Proclamação da República. Depende do governo estadual se a cena se repetirá durante esta temporada de verão

Desde o início do segundo mandato do ex-governador Beto Richa (PSDB), o litoral do Paraná não conta com a Operação Mão Única na PR-407, principal saída dos balneários do litoral do Paraná para a BR-277, em Pontal do Paraná. Essa operação era responsável por evitar congestionamentos e melhorar o fluxo de veículos no retorno dos feriados, como Natal, Ano Novo e Carnaval. Mais uma vez, a operação deixará de ser realizada.

Em reunião feita este ano entre representantes do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), da Ecovia e do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) ficou determinado que não haverá a Operação Mão Única na rodovia, conforme esclarece a assessoria de imprensa da Polícia Rodoviária Estadual. O final do ano promete, portanto, ser mais uma vez de congestionamento nas rodovias no litoral do Paraná.

Uma pequena mostra disso aconteceu no último feriado antes das festas de final de ano e da alta temporada no litoral do Paraná. No dia 17 de novembro, na volta do feriado da Proclamação da República, os motoristas registraram a demora de até cinco horas para conseguir sair de Pontal do Paraná e chegar a Curitiba, sendo que, em boa parte desse tempo, eles passaram na PR-412, trecho de acesso à PR-407. A novela promete se repetir neste final de 2019 e início de 2020.

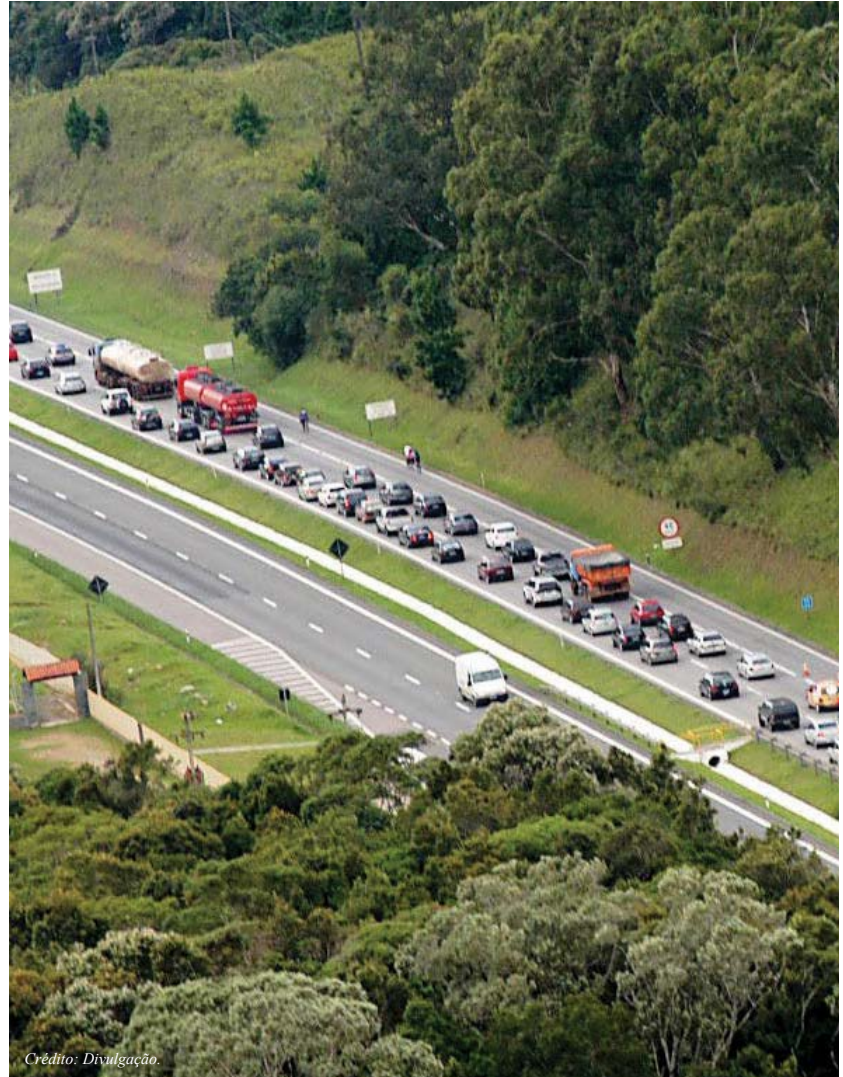
Segundo a concessionária Ecovia, responsável por administrar o trecho Curitiba-Litoral da BR-277 e as PRs 508 e 407, durante a semana do Ano Novo cerca de 300 mil veículos circulam pelas rodovias.

ÚLTIMA VEZ

A última vez que a inversão de pista foi realizada foi em fevereiro de 2015. É data, por sinal, em que é possível encontrar a última reportagem veiculada sobre o assunto, inclusive, durante a volta do feriado de Carnaval daquele ano.

Em contato telefônico, o posto da Polícia Rodoviária Estadual (PRE), informou que a decisão de inverter o sentido da pista cabe somente “às autoridades”. A assessoria de imprensa da PRE confirmou que a operação não será realizada. “Houve uma obra por parte da Ecovia que melhorou o tráfego no acesso pela BR-277. Após um estudo técnico, foi constatado que a operação inversão de pista não será feita para não causar transtornos aos usuários da PR 407”, informa, via e-mail, a assessoria da Polícia. A obra citada corresponde à duplicação de cerca de 1 km da rodovia, que possui uma extensão de 19 km.

O trecho da PR-407 (que liga Paranaguá ao trevo de Pontal), é, em sua maior parte, de pista única com mão e contramão. É a rodovia que funciona como ligação de Curitiba à região de Pontal do Paraná via BR-277. Para chegar até a entrada de Pontal, toma-se a PR-407 e, finalmente, a PR-412, até a chegada à cidade.



Crédito: Divulgação.

SAIU DA LISTA

A duplicação total da PR-407, que deveria ser prioritária, saiu da lista de obrigações da concessionária de pedágio responsável pela administração da estrada. Essa “desobrigação” foi negociada entre o Governo do Paraná e a concessionária Ecovia. Serão feitos apenas 3,5 km de duplicação – sendo que 1,3 km já está concluída. O restante deve ser entregue até o fim de dezembro de 2019, segundo a assessoria de imprensa da Ecovia. Uma das alegações para isso é de que o fluxo diário de sete mil veículos não justificaria a duplicação de todo o trecho e de que os congestionamentos são pontuais durante o verão.

No entanto, mesmo com essas obras, o congestionamento no trecho permanece elevado – como prova os registros do feriadão de novembro deste ano. Em dezembro deste ano, o secretário estadual de Infraestrutura Sandro Alex e a Ecovia anunciaram mais obras de duplicação da PR-407 no entroncamento com a PR-412. No entanto, o tamanho da obra não chega nem a 1 km – serão duplicados somente uma extensão de 830 metros em cada sentido, compondo uma rótula, no perímetro urbano de Pontal do Paraná.

Importante ressaltar que as obras de duplicação não impedem que fosse realizado a Operação Mão Única, que, historicamente, era tida como responsável por reduzir os transtornos no trânsito no litoral do Paraná durante o retorno dos feriados.

Em caso de dúvidas ou reclamações, para quem ligar?

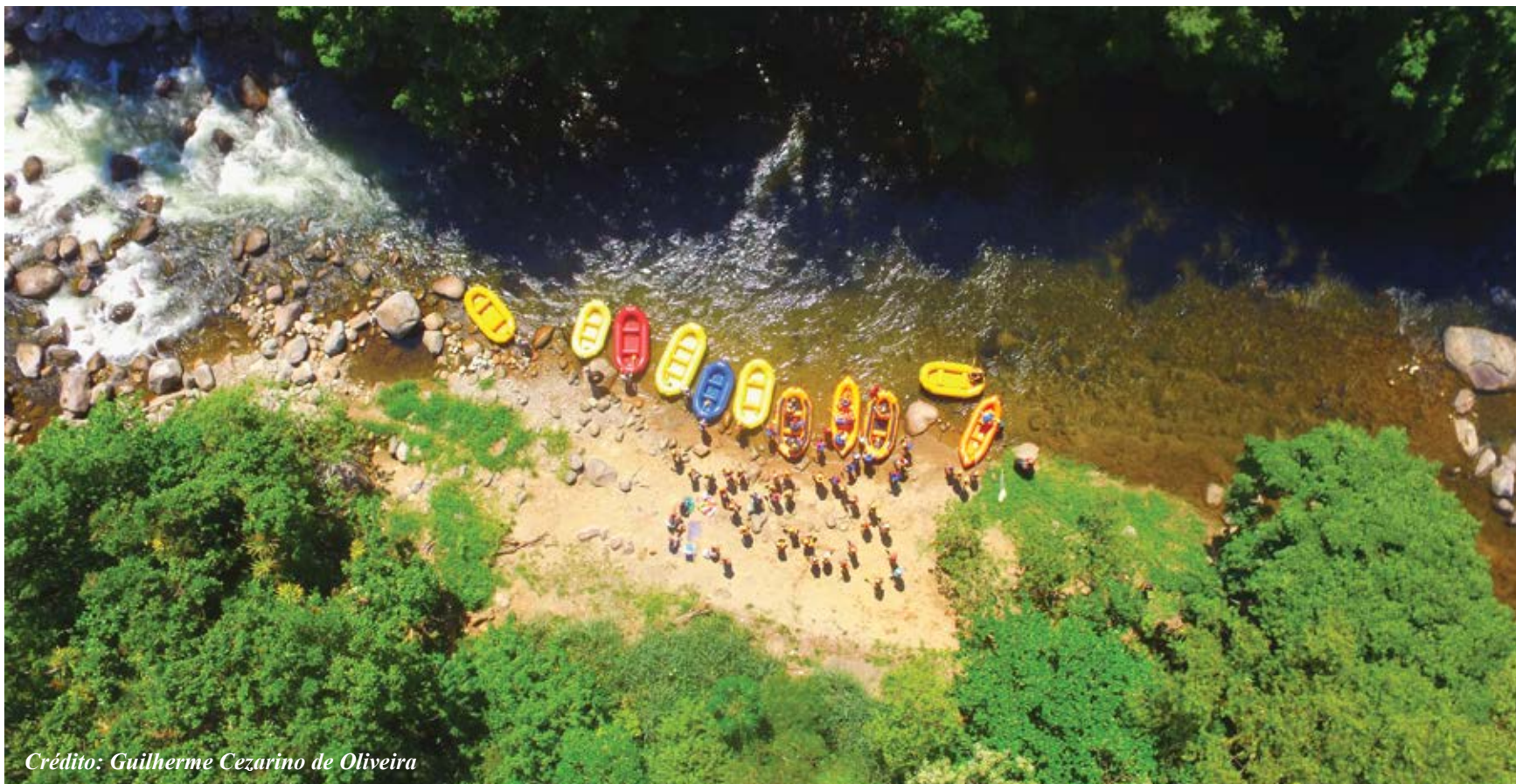
Secretaria de Infraestrutura: (41) 3304-8000

Ecovia: 0800 410 277

DER: (41) 3304-8361 / (41) 3304-8182

Polícia Rodoviária Estadual - Batalhão: (41) 3281-9000

Polícia Rodoviária Estadual - Pontal do Paraná: (41) 3458-2377



Crédito: Guilherme Cezarino de Oliveira

Potencial turístico do litoral do Paraná é imenso e ainda pouco valorizado e aproveitado

Costa paranaense tem várias possibilidades de turismo de natureza e aventura

Se você gosta de aproveitar a praia para relaxar na areia, pegar sol, ou se aventurar em esportes divertidos e radicais, embarque nesta reportagem e já reserve um tempo para aproveitar as singularidades do litoral do Paraná! Muitos roteiros e aventuras esperam por você.

Na região há uma enorme área de Mata Atlântica ainda preservada, rios de águas cristalinas, cachoeiras e muitas opções de passeios. A localidade abriga alguns dos melhores pontos para observação de aves e animais da América do Sul, incontáveis trilhas pela floresta tropical que podem ser feitas a pé ou de bicicleta e locais perfeitos para a prática de montanhismo.

O litoral do Paraná abriga, também, impressionante diversidade de paisagens, com fauna e flora riquíssimas, além de visuais incríveis com praias, ilhas e baías, que podem proporcionar ao viajante experiências únicas e inesquecíveis em meio à natureza.

Veja algumas sugestões:



A Corredeira do Cadeado é o ponto mais crítico da descida.

Crédito: Guilherme Cezarino de Oliveira.

RAFTING

O rio “Cachoeira”, em Antonina, é perfeito para a prática de *rafting*, esporte de descida em corredeiras em equipe, utilizando botes infláveis. O esporte de aventura oferece muita adrenalina em quatro quilômetros de percurso. Durante a descida, são feitas duas paradas para nadar e relaxar nas piscinas naturais do rio. Dezenas de cachoeiras formam pedaços inesquecíveis de um paraíso de águas limpas e cristalinas.



Desde criança Guilherme Cezarino (na frente à direita) acompanha o pai (na frente à esquerda) nas aventuras pelo Rio Cachoeira.

Guilherme Cezarino de Oliveira cresceu na região próxima ao rio, sempre acompanhando grupos de turistas com o pai que atua na área há mais de 20 anos. Apaixonado pela região, Guilherme trabalha atualmente na empresa da família, a OFC Rafting, e conhece as corredeiras muito bem. Ele explica que o acesso ao rio é feito por uma vila pacata do Bairro Alto, no meio da Mata Atlântica, perto da Usina Pedro Parigot de Souza.

“A região é preservada e isso mantém a água muito limpa. Em alguns pontos é possível surfar com o bote na corredeira. O percurso dentro do rio dura uma hora e meia, no mínimo. De 1 a 6, classificamos o nível de dificuldade do Rio Cachoeira em 3. Mas para quem gosta de mais adrenalina, tem um trecho que é opcional, com Grau 4, onde há uma corredeira mais forte, cercada de pedras, a “Corredeira do Cadeado”. Para descidas mais tranquilas fazemos um desvio pela mata. No fim da aventura, o grupo é trazido de volta até a base de caminhonete”, diz Guilherme.

Quando chove, o rio enche e as correntezas ficam mais fortes, então, é preciso remar mais para não virar o bote. É difícil alguém se machucar nas pedras, mas, para evitar imprevistos, é importante seguir as instruções dos guias. Além dos remos, são fornecidos coletes salva-vidas, capacetes de segurança e um instrutor experiente no comando de cada bote. O *rafting* é indicado apenas para

crianças acima dos seis anos, a depender também das condições do rio. E não há limite de idade! Guilherme conta que já levou um senhor de 85 anos no bote:

“Foi o senhor mais velho a descer até hoje com a gente. Ele queria experimentar e a filha dele entrou em contato com a agência. Então, descemos com dois guias dentro do bote para dar um suporte. Em caso de crianças, temos uma enfermeira que mora na região e desce com a gente pela margem em um carro de apoio. Isso para caso de torções, arranhões ou outra lesão. Nunca aconteceu nada sério, mas a gente conhece e não abusa do rio. Temos toda preocupação com a segurança”. O custo médio do *rafting* é de R\$ 60 por pessoa.

O guia explica que está incluído no valor um seguro de atividade para casos de possíveis acidentes, e recomenda usar calçado fechado, levar roupa para trocar, toalha de banho, repelente e protetor solar.

CANOAGEM E BOIA CROSS

Você também pode curtir uma descida fantástica de caiaque pelo Rio Nhundiaquara, em Morretes, que inclui piscinas naturais, corredeiras, pássaros, florestas e muita Mata Atlântica para ser apreciada nas paisagens de montanhas. Há opção, também, de descida de boia, um passeio já tradicional da Serra do Mar, que possibilita momentos de relaxamento, descontração e contemplação. Pousadas e agências da região oferecem os passeios e o aluguel dos equipamentos.

MONTANHISMO

A melhor época para a prática do montanhismo é o inverno. Chove menos e as trilhas não estão tão escorregadias. Com a temperatura amena, a atividade fica mais prazerosa e o rendimento físico é melhor. Subir montanha e atravessar uma floresta com temperaturas acima dos 30 graus não é recomendado.

O Parque Estadual do Pico do Marumbi já é bastante conhecido como ponto de encontro de montanhistas, trilheiros e aventureiros. É o ícone do montanhismo no Brasil. A ferrovia centenária Curitiba-Paranaguá tem uma estação dentro da unidade de conservação que integra também o Mosaico de Lagamar, uma importante unidade de conservação da costa sul do Brasil, que abriga uma cadeia de montanhas e biodiversidade riquíssima.

Além do consagrado Marumbi, outro ponto fantástico do litoral do Paraná para praticar montanhismo é o Parque Nacional Saint Hillare Langue, que abrange os municípios de Matinhos, Guaratuba, Morretes e Paranaguá. Ocupa um trecho da Serra do Mar, conhecido como “Serra da Prata”. A trilha que leva ao cume da “Torre da Prata” é uma das mais belas do litoral do Paraná, marcada por árvores majestosas e seus troncos imponentes. Na subida é possível observar diferentes espécies de aves até chegar aos Campos de Altitude. No topo, o visitante tem uma vista 360 graus: de um lado vê o Pico do Marumbi, o Pico Paraná e a Serra da Graciosa. Do outro, é possível avistar Curitiba de longe.

“Na trilha do parque pegamos um trecho de Mata Atlântica bastante preservado, com espécies da flora, árvores de grande porte, pássaros e, com sorte, vemos macacos, tucanos, jacutingas e outras aves maiores. A Torre da Prata é a montanha que está mais perto do oceano, tem um visual panorâmico do mar fantástico e é possível ver lá embaixo todas as praias do litoral, a Baía de Paranaguá e a Ilha do Mel”, detalha o turismólogo Luis Celso Maceno Filho.

Luis Celso faz parte da Calango Expedições e é condutor de turismo de aventura há duas décadas na Serra do Mar. Montanhista e escalador experiente, ele explica que a subida na Torre da Prata pode ser feita, ida e volta, em um dia inteiro, com caminhada intensa e pesada. O grau de dificuldade é maior. Há opção de pernoitar no alto da montanha e descer no dia seguinte. Com isso, o visitante aproveita o pôr-do-sol e a noite estrelada. Ele também indica fazer o passeio no inverno, evitando, com isso, as chuvas de verão.

“A Faixa etária mínima é de 14 anos, pelo fato de ser um roteiro difícil e mais pesado, sempre acompanhado dos pais ou responsáveis. Quanto ao limite máximo de idade, ele é muito relativo. Depende da condição física, do preparo, do grau de experiência, e de quais atividades a pessoa pratica regularmente. Nós fazemos uma pré-entrevista para entender a experiência do interessado para adequar um roteiro que seja tranquilo a cada pessoa, respeitando os limites físicos individuais. Tem um pessoal de mais idade que pega firme no montanhismo”, conta Luis Celso.

O custo para um dia de passeio é de R\$ 250, com saída de Morretes. Para dois dias, contando o aluguel do equipamento para acampar, a atividade sai por R\$ 600 por pessoa. Esse valor inclui guia, jantar e café da manhã na montanha.



Caminhada pesada até Torre da Prata é compensada com uma vista 360° da serra e do litoral. Crédito: Luansol Valério.

O bate-volta no mesmo dia é puxado até para quem já é montanhista com experiência. O passeio pela Serra da Prata não é recomendado para sedentários. Nesses casos, é melhor optar por roteiros que incluem caminhadas de nível leve e moderado.

CAMINHADA LEVE

Uma opção de trilha bem light é o Parque Estadual do Pau Oco, onde o principal atrativo é o Salto da Fortuna. A caminhada, sem subidas íngremes, leva uma hora de ida e uma de volta. É um atrativo para qualquer perfil de pessoa, a partir dos 6 anos de idade. “Para o Salto da Fortuna, a trilha no meio da mata fechada é fantástica e bastante plana com espécies da flora muito preservadas. Rios cortam a serra e cruzam a trilha num visual muito bonito”, completa Luis.

Normalmente, o passeio sai pela manhã, depois do café das pousadas. O custo de R\$ 150 inclui traslado de 12 km pela estrada rural, guia e seguro preventivo.

ESCALADA EM ROCHA

Na Serra do Mar, no balneário de Caiobá e na Ilha do Mel, existem ótimos locais para escalada, com paredões de pedras e algumas vias esportivas. A prática costuma ser mais restrita pelo risco que oferece e a necessidade de técnica e equipamentos específicos. Escalada em rocha, normalmente, está fora do catálogo das agências de turismo, porque atende a um público de interesse mais especializado e o atendimento para escaladores é individualizado. A dica é procurar um clube de montanhismo ou empresa especializada que podem indicar as melhores montanhas e oferecer guias profissionais, combinando quantidade de dias e o grau de dificuldade para escolha de montanha ou paredão.



Após caminhada na mata densa, é possível tomar um banho no Salto da Fortuna. Crédito: Priscilla Forone.



Jeferson Araújo em busca de qualidade de vida em sua locadora de bicicletas.



CICLOTURISMO

Na Ilha do Mel, nos balneários e perto das montanhas, é possível alugar bicicletas para passeios em agências, pousadas e até em lanchonetes. Muitos turistas aproveitam a região litorânea em grandes ou pequenos circuitos em duas rodas. O cicloturismo é democrático e barato e, por isso, é possível, em grupos ou individualmente, conhecer os quilômetros de praias.

Já existe um roteiro consolidado entre ciclistas profissionais e amadores de descida da Serra pela Estrada da Graciosa e pela BR-277. A cada ano, a aventura atrai mais pessoas que costumam retornar de van ou com carros próprios.

O corretor de seguros Jeferson Araújo quis fugir do agito de Curitiba e, em busca de qualidade de vida, montou uma locadora de bicicletas em Porto de Cima, distrito de Morretes. Desde 2015, a Marumbike atende grupos de turistas dispostos a passear pela costa.

“O passeio pela natureza começa pelo Rio Nhundiaquara perto de um ponto de boia cross. Os turistas percorrem seis quilômetros de trilhas até a cidade de Morretes, avistando as montanhas do Marumbi. Eles vão sem guia e podem pedalar pelo litoral, ver as cachoeiras, visitar a cidade turística, conhecer a Igreja Matriz e experimentar o roteiro gastronômico da região que, além

do Barreado, conta com outras várias outras delícias. Eu mesmo aproveito o espaço da locadora de bikes para vender produtos regionais e artesanais como cachaça, bala de banana, biscoito de polvilho, farinha de mandioca e licores”, diz Jeferson.

Desse passeio, dois quilômetros fazem parte do Caminho de Itupava, trilha histórica aberta entre 1625 e 1654 por indígenas e mineradores. A pedalada entre montanhas e rios rende uma viagem no tempo, além de mergulhos revigorantes e ótimas fotografias.

Jeferson conta que a trilha é muito procurada por paranaenses, mas também passam por ela paulistas, goianos, catarinenses, gaúchos e muito estrangeiro para conhecer. “Esse pessoal gosta muito de montanha, caminhada, cachoeira e ecoturismo. É o que a gente acredita que precisa ser o futuro do turismo no litoral do Paraná. Vejo um futuro promissor a médio prazo porque, hoje, as pessoas estão muito ligadas no turismo de natureza. Já existem aqui várias pousadas e o pessoal vem nadar, pedalar e caminhar. Há espaço para muitos tipos de passeio”, completa Jeferson.

O aluguel de bicicletas custa R\$ 15 por hora ou R\$ 70 a diária. O preço acompanha um visual belíssimo para cada lado que se olhe.



Crédito: Fabiano Cecilio

OBSERVAÇÃO DE PÁSSAROS, OU BIRDWATCHING

Cada vez mais, o Parque Nacional de Superagui, em Guaraqueçaba, é procurado por viajantes que gostam de observar pássaros e outros animais marinhos. Superagui foi declarado pela ONU como reserva da Biosfera e Patrimônio Natural, por ter um dos ecossistemas costeiros mais ricos do planeta e uma das maiores áreas de florestas cobertas do Paraná (ICMBIO, 2012), cenário perfeito para a prática de “*birdwatching*”, ou “observação de pássaros”.

O turismólogo Carlos Augusto Cornelsen é consultor do Sebrae-PR desde 1995 e mantém contato profundo com a realidade do turismo no litoral. Ele conta que a costa e as baías paranaenses são perfeitas para a atividade:

“Temos um movimento de *birdwatching* muito forte em Superagui e Antonina. São pessoas que, além de contemplar, buscam interagir com a natureza, saber mais sobre as aves, os animais que estão ali e ter contato com a comunidade e a cultural local. Esse tipo de ecoturismo também fortalece o turismo náutico, com uso de pequenas a grandes embarcações para os passeios pela costa. Apesar de o nosso litoral ser pequeno, o recorte da Baía de Paranaguá é imenso. Então, temos muita gente percorrendo essa área para passear e velejar.”

Cornelsen explica que para contratar um passeio náutico, é possível procurar as associações dos barqueiros e fechar o serviço diretamente em Pontal do Sul e Paranaguá. Desses pontos, partem roteiros para várias ilhas e baías, passando pelos melhores locais para observação.

A bióloga Elenise Sipinski, que coordena o projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, a SPVS, reforça que o potencial no litoral é privilegiado por sua diversidade gigante de aves:

“Você tem oportunidade de ver aves belíssimas, como o tiê sangue, beija flores, arapaçus, tucanos o próprio guará, que é uma ave que desapareceu e voltou recentemente para nosso litoral. Quanto ao papagaio-de-cara-roxa, na Ilha da Cottinga, região de Pontal do Paraná, há dois dormitórios importantes muito dessa espécie. Uma super oportunidade para os moradores usarem isso como uma forma de oportunidade para geração de renda. Existem colecionadores de observação de aves que vêm do mundo inteiro para encontrar essas espécies endêmicas, ou seja, que só existem aqui. Eles colecionam fotografias e têm metas para avistar espécies específicas de cada região”.

Elenise orienta que os melhores horários para o *birdwatching* é ao amanhecer e ao anoitecer, quando a atividade das aves é maior. Ela sugere identificar na região algum guia ou morador que conheça e goste das espécies, assim, ele poderá passar aos visitantes informações e histórias interessantes e curiosas sobre cada espécie. Elenise recomenda levar um binóculo e usar aplicativos para identificação das espécies. Durante o passeio, é importante que se use roupas escuras ou de cores que camuflam na floresta. Para ela, a exploração turística é aliada da preservação.

“A revoada do papagaio-da-cara-roxa é possível de se ver na Ilha do Mel, na Ilha da Cottinga e na Ilha do Pinheiro, que faz parte do Parque Nacional do Superagui. São locais fortes de observação. O ideal é pegar alguém da comunidade para valorizar esse saber, a cultura local, e, claro, aprender mais”, finaliza a bióloga.



Revoada de Guarás. Crédito: Zig Koch

AGENDA 2020
PERMACULTURA
PAISAGISMO ECOLÓGICO
BIOCONSTRUÇÃO
AGROFLORESTA
BOTÂNICA

11 e 12 / JANEIRO
PERMACULTURA
com Tomaz Lotufo e Peter Webb

15 e 16 / FEVEREIRO
PAISAGISMO ECOLÓGICO
com Ormy Hütner Jr e Adriane Savi

07 e 08 / MARÇO
ADOBE
com Tomaz Lotufo e Marcio Holanda

18 / ABRIL
CERÂMICA*
com Dani Carazzai e Rodrigo Ramirez

16 e 17 / MAIO
BAMBU
com Tomaz Lotufo e Helena Ruetter

05, 06 e 07 / JUNHO
AGROFLORESTA
convidado a confirmar

18 e 19 / JULHO
TAIPA DE PILÃO E TADELAKT
com Tomaz Lotufo e Cobi Shalev

EKOÁ PARK Cursos e Vivências Tekôa
agenda@ekoapark.com.br

Berçário marinho, litoral é refúgio de animais raros e ameaçados de extinção

Sobrevivência das espécies depende da preservação de restingas, áreas verdes e manguezais do litoral do Paraná



Mantas do Brasil. Crédito: Leo Francini

A costa paranaense é uma das menores do país, com apenas 102 quilômetros de extensão, mas é uma das áreas mais importantes da costa brasileira quando o assunto é biodiversidade. No litoral do Paraná, estão áreas extremamente conservadas e exuberantes da Mata Atlântica e riquíssimos ecossistemas marinhos de manguezais e restingas. Há extensas praias arenosas e planícies de maré, áreas rochosas e ilhas costeiras e importantes baías hidrográficas.

A região abriga diversas espécies de fauna e flora, além daquelas migratórias que, de tempos em tempos, encontram no lito-

ocupa o litoral do Paraná pelo mesmo motivo. Por essa grande relevância para as espécies, que chamamos essa área de berçário”, explica Camila.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Unidades de Conservação Marinhas são a principal ferramenta de proteção e manutenção de espécies marinhas, principalmente, as ameaçadas. No Paraná, existem cinco Unidades de Conservação identificadas como “marinho costeiro”, sendo duas de uso sustentável (a APA de Guaraqueçaba, e a APA de Guaratuba) e três de proteção integral (Estação Ecológica de Guaraqueçaba, o Parque Nacional de Superagui, e o Parque Estadual da Ilha do Mel). Apenas o Parque Nacional dos Currais representa uma unidade de conservação exclusivamente marinha.

Para Juliano Dobis, diretor da Associação MarBrasil e especialista em Gestão dos Recursos Naturais, a conservação marinha apresenta desafios maiores do que a conservação terrestre, porque é preciso considerar não apenas áreas protegidas pelas Unidades de Conservação, mas tudo o que existe em volta, suas conexões, fluxos e usos.

“Sem as unidades de conservação marinha, e tirando algumas legislações, principalmente relacionadas às atividades pesqueiras, haveria a sensação de que todo mar pode ser explorado, para os mais diversos fins e de qualquer forma. A partir do momento em que as unidades de conservação são criadas, as de uso sustentável contribuem com um zoneamento e ordenamento de uso da área em busca de um uso sustentável dos recursos naturais. Já as de proteção integral, garantem que habitats importantes para a reprodução, alimentação e abrigo das espécies marinhas sejam protegidos e contribuam com a sua proteção”, esclarece Juliano.

Preservar e manter essa riqueza é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. O corredor ecológico marinho é fonte de renda para cerca de cinco mil pescadores artesanais e abriga diversas espécies ameaçadas de extinção. O diretor da Associação MarBrasil explica que as unidades de conservação estão inseridas dentro da indústria do turismo, em especial, o turismo de natureza, que cresce muito acima da média em relação a outros ramos do turismo. As unidades de conservação, portanto, têm muito potencial para gerar emprego e renda pelo turismo.

“As unidades de conservação marinhas podem proteger espécies de valor comercial para a pesca, aumentando a produção pesqueira. Quanto ao aspecto social, a partir do momento que contribuem com a pesca, principalmente a artesanal, que é característica no Paraná, elas podem somar com a manutenção da atividade pesqueira artesanal e, conseqüentemente, com a história e a cultura da região”, completa o especialista.



Camila Domit com crianças e tartarugas

ral paranaense refúgio para a reprodução, recuperação de forças durante a migração ou para a alimentação. Essas características conferem ao litoral paranaense a classificação de “área prioritária para a conservação e de extrema importância” para a diversidade brasileira, conforme a Portaria MMA 126/2004.

A bióloga e pesquisadora Camila Domit é responsável pelo Laboratório de Ecologia e Conservação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e monitora populações de mamíferos, aves, tartarugas marinhas, tubarões e raias para ações de planejamento para a conservação. Ela ressalta que o Paraná é uma área extremamente importante, considerada, tanto nas avaliações do Ministério do Meio Ambiente quanto em avaliações internacionais, como de grande relevância para conservação da biodiversidade marinha e costeira mundial.

“O golfinho boto-cinza habita a região ao longo de todo ano para se reproduzir, cuidar dos filhotes e esperar o desenvolvimento deles. O tubarão-martelo também vem à região pelo mesmo motivo. As tartarugas verdes jovens são muito comuns por aqui e algumas espécies de aves utilizam a área para reprodução, como as fragatas e o atobás. Diversos peixes e crustáceos, como caranguejos, também usam regiões estuarinas e baías para reprodução. Um bom exemplo bastante conhecido na região é a tainha, que

ESPÉCIES ENCONTRADAS NO PARANÁ

Nem todos os animais que vivem ou circulam pelo litoral paranaense são conhecidos, principalmente, as espécies que vivem em áreas mais profundas e escuras, onde os estudos são mais raros e esparsos. Com o impacto ambiental e humano, muitas podem desaparecer antes mesmo de serem estudadas. E algumas, já bastante conhecidas, estão sob grave ameaça.

Conheça alguns desses animais impressionantes!



Áreas portuárias representam grande ameaça para o Mero, em razão da poluição e degradação que causam ao habitat, por meio das operações de dragagens e contaminação da água por resíduos químicos e domésticos gerados pela urbanização da região.

Crédito: Robin Hilbert Loose

Mero, o Senhor das Pedras

O litoral do PR abriga um gigante dos mares, o Mero, um enorme peixe gentil, que permite a aproximação humana e, por isso, se torna alvo fácil de caçadores do mar. Esses peixes podem ultrapassar 400 quilos e viver 40 anos. Eles habitam recifes e embarcações naufragadas. Atualmente, a espécie está classificada como “vulnerável” à extinção no mundo. A morte em alta escala do Mero ameaça todo o ecossistema marítimo, pois o “Senhor das Pedras”, como também é chamado, está no topo da cadeia como predador. Se alimenta de peixes, moluscos e crustáceos e sua dieta controla a população de várias espécies.

Tartarugas-Verdes

A tartaruga marinha é uma das espécies mais antigas do planeta e, durante sua longa jornada, leva e traz toneladas de nutrientes e energia vital à sobrevivência de diversas formas de vida. Uma infinidade de peixes, crustáceos, moluscos, esponjas, medusas dependem da existência das tartarugas marinhas, que são peças chave para a conservação dos oceanos. No mundo são conhecidas sete espécies. O litoral do Paraná representa uma importante área para o ciclo de vida das tartarugas-verdes. Os principais locais de ocorrência são a Ilha do Mel e a Ilha das Cobras, os manguezais de Paranaguá e os costões rochosos de Matinhos e Guaratuba. Algumas moram na costa paranaense e outras passam pela região em processos migratórios.



O lixo nos mares e atividades como pesca, dragagem de canais de acesso a portos, tráfego de navios e poluição ameaçam a sobrevivência das tartarugas-verdes. Crédito: Robin Hilbert Loose



Raia-Manta

O litoral do PR é um importante local de avistamento sazonal da Raia-manta, a maior raia marinha do mundo, podendo chegar a três toneladas e a mais de nove metros de largura. Durante a primavera e o verão, a espécie pode ser vista dando saltos para fora da água na região do Complexo Estuarino de Paranaguá e interagindo com botos-cinza. As espécies de raias que frequentam a costa paranaense se alimentam de organismos doentes e animais senis, garantindo, assim, a qualidade das populações de peixes e outros animais marinhos de interesse comercial. Além disso, fazem parte da dieta de alguns predadores de topo de cadeia, como é o caso dos tubarões.

A Raia-manta é classificada como “vulnerável” no Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (ICMBio). A captura e a comercialização da espécie são proibidas no Brasil, mas a pesca incidental é uma grande ameaça.

Crédito: Leo Francini



Apesar dos tubarões não serem alvo direto dos pescadores paranaenses, são muito “bem vistos” quando caem nas redes, pelo alto valor comercial. O “cação” que você compra na peixaria pode ser um tubarão-martelo, não recomendado para consumo pelo alto teor de mercúrio que pode apresentar no corpo. Crédito: Noeli Ribeiro

Tubarões Martelo

Duas espécies de tubarões-martelo são comuns no Paraná: o *Sphyrna lewini*, conhecido pelos pescadores como “cambeva branca” (tubarão-martelo-recortado) e o *Sphyrna zygaena*, ou cambeva negra (tubarão-martelo-liso). Ambas estão ameaçadas de extinção e na lista de espécies com comercialização proibida. O Paraná é área de parto e berçário para essas espécies. Os tubarões, principalmente as fêmeas e os filhotes, nadam juntos e ficam muito próximos à costa, o que os torna vulneráveis à captura comercial. São espécies que também sofrem pressão da pesca esportiva. Apesar da fama de predadores perigosos, eles têm bocas muito pequenas, o que os leva a consumir presas de menor porte. Apresentam pouco risco aos humanos. Muito raramente são envolvidos em incidentes com banhistas, surfistas ou mergulhadores.

A pesquisadora Natascha Wosnick, do Departamento de Zoologia da UFPR, estuda espécies de raias e tubarões no litoral e enfatiza que a poluição e o tráfego marítimo intenso são ameaças ainda maiores do que a pesca. Para a bióloga e doutora em Zoologia, o maior motivo de preocupação atual é a iminente construção de um novo complexo portuário na região. Ele não só afetaria a qualidade de vida dos animais que vivem na região, como também comprometeria a saúde do ecossistema como um todo.

“O Porto de Pontal está planejado para ser instalado em um local de grande importância para espécies ameaçadas de extinção, tais como as raias-viola, os tubarões-martelo e também os cações-anjo, uma espécie de tubarão achatado como uma raias que está criticamente ameaçado de extinção em nível mundial. A região no entorno na construção é utilizada não apenas como área de repouso e alimentação dessas espécies, mas também como área berçário, o que significa que muitos neonatos e juvenis (indivíduos sexualmente inativos) se agregam e passam parte significativa de suas vidas nessa região. As taxas de mortalidade natural de

indivíduos jovens podem chegar a 90%, o que, aliado à pressão pesqueira, poluição e degradação de habitat, pode ocasionar à extinção de algumas espécies”, diz ela.

A bióloga alerta também para o risco de aumento de ataques contra humanos na região, como o que aconteceu em Recife, após a construção do Porto de Suape. “O complexo foi construído na desembocadura de um estuário de grande importância para tubarões-tigre e tubarões-cabeça-chata. Aliado à degradação ambiental causada pelo porto, a dinâmica de correntes da região amplificou os riscos na região. Isso ocorreu porque os navios de carga tendem a atrair tubarões por motivos ainda desconhecidos (provavelmente, pela baixa frequência de funcionamento do motor – tubarões possuem um sistema sensorial de eletro-percepção), fato que acaba por aproximar esses animais das áreas de praia utilizadas por banhistas. Existem evidências na literatura que essa possibilidade existe, por isso, é necessário considerar tal possibilidade na implementação de um porto tão próximo à locais de uso recreativo”, defende Natasha.



Crédito: Robith Hilbert Loose



Mergulho Recifes REBIMAR
Crédito: Janaína Bumbeer

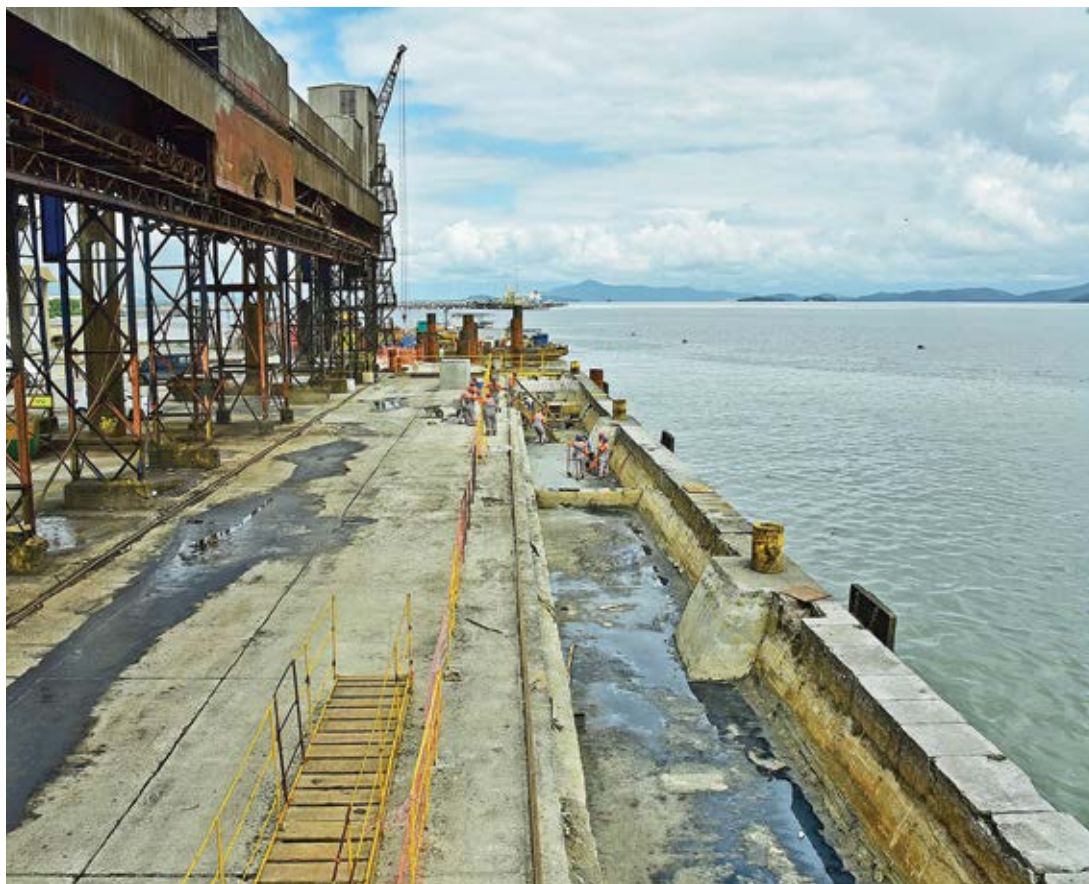
Uso de recifes artificiais aumenta a biodiversidade marinha

O Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (Rebimar), da Associação MarBrasil, estuda os habitats e o ciclo de vida dos animais marinhos. Ele mapeou os recursos pesqueiros, as espécies ameaçadas e os corredores migratórios para buscar alternativas tecnológicas e sustentáveis para a preservação das espécies.

O uso de Recifes Artificiais é uma importante ferramenta nesse esforço. Eles são instalados em locais estratégicos para recuperar a biodiversidade marinha e aumentar a quantidade de peixes. A iniciativa beneficia tanto pescadores artesanais quanto os ecossistemas.

O REBIMAR começou em 2008, a partir da emissão da primeira licença do IBAMA para a instalação de Recifes Artificiais no litoral paranaense. Hoje, 11 anos depois do início, ainda é o único projeto a obter essa licença, obrigatória para projetos de instalação de recifes artificiais em todo o Brasil. Desde 2010, o programa Petrobras Socioambiental patrocina o projeto.

Construção de porto em Pontal do Paraná envolve roubo de terras



Porto de Paranaguá (foto capa). Crédito: Portos do Paraná

Um complexo industrial que inclui um porto privado que pode ser feito no município de Pontal do Paraná, no litoral do Estado, bem em frente à Ilha do Mel, e uma estrada construída para favorecer-lo, estão no centro de uma polêmica que envolve o Governo do Paraná e interessados em lucros rápidos e nada preocupados com a violação dos direitos da coletividade que o empreendimento promete gerar.

O projeto da chamada “Faixa de Infraestrutura” – o conjunto de obras que viabilizaria e atenderia a operação do novo porto – foi herdado pela atual gestão paranaense, do governador Ratinho Jr. (PSD), da administração anterior, de Beto Richa (PSDB), que esteve envolvida em diversas denúncias de corrupção. O ex-governador chegou a ser preso para responder pela coleção de ilegalidades que, conforme acusações que ficaram provadas, ele cometeu. O projeto da Faixa foi entregue a Ratinho Jr. no início de 2019, em um pacote recheado de incoerências, ilegalidades, suspeitas de corrupção, disputas judiciais e de um processo de licenciamento ambiental bastante questionável.

Apenas a primeira fase das obras da Faixa de Infraestrutura – que inclui uma estrada feita para atender ao porto – custaria mais de R\$ 369 milhões aos cofres públicos. Dinheiro do povo, que seria usado não no investimento em serviços como educação, saúde, segurança ou incremento no turismo, mas no financiamento de uma estrutura que beneficiaria um porto privado e cuja defesa para a construção não se sustenta do ponto de vista da necessidade do Estado. A conta para custear essa intenção também promete vir acrescida de juros internacionais bem expressivos. Isso porque, em novembro de 2019, o Governo do Paraná aprovou na Assembleia Legislativa um projeto de lei para contratar empréstimos de até R\$ 1,6 bilhão para serem aplicados em obras de infraestrutura rodoviária, localizados em várias regiões, entre elas, no litoral do Paraná. Cerca de R\$ 600 milhões desse montante, segundo o Governo, seria concentrado no litoral.

Estudos de profissionais do setor portuário e da academia, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), já defenderam mais de uma vez que o porto de Paranaguá opera com cerca de 50% da capacidade somente e que, por isso, teria condições de

atender, com tranquilidade, a demanda portuária do Paraná nas próximas décadas. Bastava que, para isso, investimentos públicos e privados em uma estrutura portuária que já existe, mas que ainda é mal gerida pelo poder público, fossem feitos. O litoral do Estado, apesar de já contar com dois portos – o de Antonina e Paranaguá – tem a segunda menor costa do Brasil, ficando atrás somente do Piauí. Instalar mais um porto na região é ampliar exponencialmente os danos à região e condenar irreversivelmente o potencial social, cultural, humano, ambiental e turístico do litoral.

ROUBO DE TERRAS E DESCONSIDERAÇÃO DE VIDAS

O cenário criado pela intenção fica ainda pior quando documentos comprovam que as terras – os mais de 4.300 hectares onde a Faixa de Infraestrutura e o porto seriam construídos – foram griladas (ou roubadas) dos paranaenses em 1949.

Naquele ano, a prefeitura de Paranaguá pediu que o governo do Estado doasse uma terra devoluta (pública e sem uso), para oferecer o espaço a “empresas colonizadoras”, como era comum na época. Sem condições técnicas de medir a extensão de uma área que ainda era de mata fechada, ela foi estimada em três mil hectares. O prefeito de Paranaguá na época, João Eugênio Cominesi, foi autorizado por uma Lei Municipal de Paranaguá a conceder a área a três pessoas físicas ou a uma empresa que elas criassem. Foi, naquele momento, que a empresa Balneária Pontal do Sul S/A foi aberta no nome do próprio prefeito. Em uma manobra absolutamente questionável, Cominesi solicitou a área e depois abriu uma empresa no próprio nome para ficar com as terras para si. A Balneária Pontal do Sul S/A e seus administradores são hoje os maiores interessados na instalação do porto em Pontal.

A situação piora ainda mais quando, em 1951, a Assembleia Legislativa aprova a doação da área, mas com a exigência de que ela fosse demarcada e preservasse a propriedade de eventuais ocupantes que já vivessem no local. Mas o que aconteceu a partir

daí foi que se descobriu que o título de domínio pleno concedido pelo Governo do Paraná ao prefeito Cominesi foi sobre uma área bem maior: de 4.3000 hectares e que, até hoje, as áreas não foram demarcadas como exigido. Os ocupantes com direito à posse – como indígenas e integrantes da comunidade tradicional de Maciel que ocupam a região há séculos, antes mesmo da concessão das terras à Balneária Pontal do Sul – também não foram até hoje identificados, reconhecidos e respeitados no processo.

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) ainda aguarda as respostas para todos os questionamentos formais que fez ao Governo do Paraná exigindo esclarecimentos sobre as incoerências que existem em relação ao domínio das áreas onde o complexo pode ser construído. Para o MP, sem sanar as dúvidas sobre a posse das áreas, nenhuma obra pode ser autorizada. Em função de irregularidade no processo de cessão, o órgão entende que o Estado nunca deixou de ser dono dos terrenos.

Atualmente, existem 14 ações judiciais sobre a área do porto e da Faixa de Infraestrutura, que envolvem questionamentos sobre irregularidades na concessão da Licença Prévia (LP) e da Licença de Instalação (LI), que foram emitidas pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Essas licenças vêm sendo questionadas porque não teriam considerado a presença das duas terras indígenas que existem na região. As ações também questionam a ausência da anuência do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), tendo em vista a existência do sítio arqueológico Sambaqui do Guaraguaçu e a ausência de anuência do IAP (Instituto Ambiental

do Paraná), em razão das ameaças às unidades de conservação próximas de onde o porto seria instalado, inclusive, a Ilha do Mel, que fica a menos de três mil metros de onde o complexo seria feito. Elas também questionam as condicionantes das licenças, as compensações ambientais, a litigiosidade da área por questões fundiárias e outras irregularidades.

“UM PORTO CHAMADO GRILAGEM”

Não são poucos nem isolados os depoimentos de moradores da comunidade de Maciel, por exemplo, que já sofreram com diferentes ameaças dos interessados na construção do porto para que abandonem o local onde vivem. Comércio e casas já foram até incendiados. Ameaças de morte também integram esse enredo, que é apresentado com mais riqueza de detalhes na primeira parte do documentário “Um porto chamado grilagem”, lançado em novembro de 2019 pelo movimento #SalveAIlhaDoMel. O grupo reúne mais de 20 entidades nacionais e até internacionais, além de centenas de pessoas que defendem que o desenvolvimento do litoral do Paraná precisa passar pelo estímulo e pela valorização do turismo, e não pela construção de um complexo industrial repleto de irregularidades, históricos de abusos e que condenaria irreparavelmente o futuro do litoral do Paraná.

A primeira parte do filme pode ser vista no link bit.ly/UmPortoChamadoGrilagem. A segunda, será lançada em breve nas redes sociais dos apoiadores do movimento.



Documentário "Um Porto Chamado Grilagem". A primeira parte pode ser vista no link: bit.ly/UmPortoChamadoGrilagem ou escaneando o QR Code acima

PDS Litoral não considera adequada para o Paraná construção do porto e da estrutura milionária que o viabilizaria

Dia 14 de novembro de 2019 aconteceu a Conferência Regional de Encerramento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS Litoral), no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Paranaguá.

Durante cerca de dois anos, técnicos de um consórcio internacional contratado pelo Estado do Paraná por R\$ 3,26 milhões e do próprio governo fizeram estudos, consultaram órgãos públicos e realizaram audiências e oficinas com a comunidade nos sete municípios do litoral. O resultado do esforço é um documento de 700 páginas que apresenta um amplo diagnóstico da região e sugere 77 projetos para serem executados a curto, médio e longo prazos no litoral. Também são apresentadas estratégias para execução e algumas fontes de financiamento, todos com horizonte até 2035.

E um dos pontos mais importantes do encontro foi o fato de que a rodovia paralela à PR-412 – que derrubaria ou afetaria milhões de metros quadrados de Mata Atlântica, o porto em Pontal do Paraná e a Faixa de Infraestrutura (o conjunto de obras que o viabilizaria e o atenderia) – não foram incluídos pela análise do PDS Litoral! O motivo? Falta de consenso no debate sobre o assunto. O resultado indica perfeitamente que as obras não se justificam do modo impositivo como estão sendo trazidas à sociedade.

Para colocar as propostas do PDS Litoral em prática e aprofundar ainda mais os debates e estudos, os técnicos que participaram do estudo sugerem agora que seja criada uma instância entre o governo estadual e as prefeituras e ainda um Conselho Gestor do PDS Litoral.

A expectativa é que as orientações e indicações do programa sejam agora respeitadas e consideradas pelo Governo do Paraná.



Crédito: Divulgação



Crédito: Divulgação

Governo do Paraná violentou processo democrático para aprovar obra milionária no litoral do Estado

É importante lembrar que uma das primeiras tentativas de violentar o processo democrático para apressar o início das obras que pretendem instalar o porto privado em terras públicas no litoral do Paraná ocorreu em novembro de 2017, ainda na gestão do ex-governador Beto Richa (PSDB), durante uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (Colit), em Pontal do Paraná. O encontro buscava discutir a execução das obras da Faixa de Infraestrutura que visava viabilizar a instalação de um complexo industrial portuário na cidade.

Logo no início da reunião, Antonio Carlos Bonetti, então presidente do Colit consentiu com o pedido de vista feito por representantes da Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais, Associação MarBrasil, SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). Todos alegavam graves inconsistências na proposta de construção da Faixa e afirmavam que não seria possível considerar a solicitação da licença prévia para a execução da obra por parte do conselho antes de esclarecer pontos essenciais, como a ausência de um estudo de impacto qualificado sobre porções de Mata Atlântica que existem no local e formam a maior faixa do bioma ainda preservado no Brasil e no mundo, por exemplo.

O pedido de vista foi concedido, mas por interferência e pressão diretas da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que, na reunião, defendia interesses do Governo do Paraná, a decisão do conselho mudou. O pedido foi “cassado” de modo autoritário e opressor e a solicitação de licença prévia entrou em votação pelos membros do Colit. Na época, foi aprovada por 22 votos a cinco.



Crédito: Robson Vilalba

DIANTE DE TANTAS INCOERÊNCIAS, POR QUE A OBRA AINDA DIVIDE OPINIÕES?

Apesar da coleção de ilegalidades e incoerências que envolvem a possível obra, ela ainda divide opiniões. E isso acontece porque a intenção vem sendo imposta de diferentes maneiras por vias nada democráticas e apresentada à sociedade como solução para os problemas que a ausência e a ineficiência da presença do Estado no litoral do Paraná nas últimas décadas impuseram à região. Esse abandono causou diversos prejuízos à população, como a falta de emprego, de renda e da qualidade nos serviços públicos.

A nova estrada que vem sendo prometida pelo projeto da Faixa como solução para descongestionar vias hoje sobrecarregadas do litoral, como a PR-412 – que impõe a veranistas, turistas, moradores e comerciantes engarrafamentos de horas em épocas de temporada – não solucionaria o problema. Ela ligaria rodovias adjacentes da região ao porto privado, e não à área urbana de Pontal. Além disso, seria de pista simples e, como os próprios Estudos e Relatórios de Impactos ambientais (EIA/RIMA) feitos para os empreendimentos reconheceram, pensada em um traçado para atender ao grande fluxo de caminhões que passariam a transitar pela região rumo ao porto. Um volume de mais de 550 por dia, ou 200 mil por ano. Uma estrada de pista simples congestionada de caminhões e sujeita a acidentes que resultariam em novos congestionamentos de horas. Nada disso facilitaria a vida dos moradores e turistas, condenando a natureza e a sociedade.

Grande parte da comunidade de Pontal do Paraná, no entanto, ainda enxerga na promessa do porto e da estrada oportunidades de redenção econômica para o litoral do Paraná, a partir da geração de empregos que, as pessoas acreditam, as novidades poderiam gerar. O fato é que os estudos e relatórios de impactos feitos para os empreendimentos também reconhecem as centenas de prejuízos diretos à condição de vida das pessoas que seriam impostos pela chegada do porto, como aumento da criminalidade, do tráfico de drogas, da prostituição – inclusive infantil – violência contra mulheres e crianças, aumento de doenças sexualmente transmissíveis (como HIV e sífilis) e transmitidas por mosquitos, piora na qualidade da água, do ar e dos alimentos, além de prejuízos à atividade pesqueira, e violentos impactos à natureza e à biodiversidade que as obras causariam.

FARNESE DE ANDRADE

FRAGMENTOS DO INCONSCIENTE



MOSTRA: UM OUTRO INÍCIO
MUSEU DE ARTE INDÍGENA
CURITIBA/BRASIL
21.SET.2019 - 23.FEV.2020

MAI
MUSEU DE ARTE INDÍGENA



Imagem aérea da Ilha do Mel. Crédito: Zig Koch

DEGRADAÇÃO E DANOS IRREVERSÍVEIS À VIDA

A construção de toda a Zona Especial Portuária (ZEP) do complexo industrial de Pontal desmataria ou afetaria nada menos que 27 milhões de metros quadrados de Mata Atlântica. Esse bioma está ameaçado de extinção e ainda tem as últimas parcelas que restaram em melhor estado de conservação do Brasil e do mundo concentradas em maior parte no litoral do Paraná. Restaram menos de 7% de Mata Atlântica em todo o país, após décadas de degradação, exploração irresponsável e omissão do poder público. Só a estrada que vêm sendo defendida pelo projeto da Faixa derrubaria mais de cinco milhões de metros quadrados de Mata Atlântica, sem considerar os chamados “efeitos de borda”, que são os impactos indiretos à vegetação e à fauna próximas, intrínsecos a todo processo de desmatamento. A estrada cortaria uma área de Mata Atlântica descrita no EIA/RIMA como “uma das paisagens naturais mais expressivas do país, não apenas pela sua extensão, mas também pelo seu estado de conservação”. O documento lista 46 impactos ambientais e socioeconômicos que decorreriam da implantação da rodovia, dos quais 31 negativos e boa parte deles irreversível.

Os Relatórios e Estudos que listam esses prejuízos podem ser acessados em bit.ly/EIARIMAFaixa e bit.ly/EIARIMAPorto. Um resumo sobre os principais, em um folder disponível no site www.salveailhadomel.com.br.

Os efeitos da operação de mais um porto também gerariam infinitos prejuízos à milhares de espécies de animais marinhos que habitam a região, como, por exemplo, os golfinhos, que já sofrem com os efeitos do estresse gerado pelos portos instalados no litoral. A perturbação sonora causada pelo tráfego de veículos aquáticos e a contaminação por compostos químicos, resultado das operações portuárias, já são dois graves problemas.

Para se ter uma ideia, um estudo publicado na revista *Environment International* apontou que os golfinhos do litoral brasileiro estão contaminados por “piretroides”, que são compostos usados como inseticidas. A pesquisadora da Universidade Federal do

Rio de Janeiro (UFRJ), Mariana Alonso, que liderou a pesquisa, explicou que esses inseticidas são usados, tanto pela população urbana, por meio, por exemplo, de tomadas antimosquito, como também em atividades rurais. No armazenamento de grãos, prática amplamente utilizada nas operações portuárias, eles também são bastante utilizados para evitar que insetos ataquem os alimentos. O porto de Pontal, vale lembrar, trabalharia muito com o transporte e o armazenamento de grãos, entre outros produtos.

Segundo a pesquisadora, o fato é bastante grave também porque o golfinho está no topo da cadeia alimentar, que é composta por outros seres vivos que acabam contaminados por essas substâncias também. Uma alga, por exemplo, recebe o “piretroide” da água e é comida por um camarão, que é comido por um peixe, que serve de alimento para o golfinho ou para os seres humanos. A análise só reforça, portanto, que os riscos de contaminação à saúde e à vida de modo geral seriam expressivamente maiores com a instalação de um terceiro porto no litoral do Paraná. Na região onde o tráfego de novos navios seria intensificado, há também a presença de um berçário de golfinhos. Ele seria gravemente comprometido, bem como a saúde dos mangues, dos peixes e a pesca artesanal.



Crédito: Robin Hilbert Loose

Parecer técnico reconheceu inconsistências sobre efeitos da obra, mas foi ignorado por pressão do Governo do Paraná

A comissão técnica do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) que analisou o pedido de licença para a construção da Faixa de Infraestrutura chegou a assumir que não era possível emitir uma licença prévia para a obra com todos os componentes indicados no Requerimento de Licenciamento Ambiental Prévio, como rodovia, canal de macrodrenagem, linha de transmissão, gasoduto, ferrovia e rede coletora de esgoto.

Entretanto, disse que era “obrigada” a considerar a “urgência do empreendimento declarada pelo Governo do Estado”, aprovando a viabilidade locacional do empreendimento.

8.1. Viabilidade Ambiental do Empreendimento

Devido às lacunas nos estudos e inconsistências na proposta de empreendimento que foram apontadas, consideramos temerário conceder a LP, sendo recomendável que primeiro sejam solucionados estes pontos. Apesar disso, pela relevância e urgência declaradas pelo Governo do Estado, é de entendimento de toda esta comissão técnica, que tal manifestação será favorável somente se a Procuradoria Geral do Estado se manifestar

PROPOSTA DE LICENÇA AMBIENTAL Nº 000007 - RESOLUÇÃO 0014 Nº 000007 SUPLENÇIMENTO: FAIXA DE INFRAESTRUTURA EM PONTAL DO PARANÁ LICENCIAMENTO AMBIENTAL PRÉVIO

20



declarando que existe legalidade na emissão da LP nestas condições, e que o Presidente do IAP autorize formalmente.

Diante das considerações supra, entendemos que a viabilidade locacional do empreendimento deverá ser restrita aos componentes: Rodovia, Canal de Macrodrenagem e

O FIM DA ILHA DO MEL E OS RISCOS DA ABERTURA DE PRECEDENTES

O complexo industrial portuário que ocuparia os mais de 4.300 hectares de Mata Atlântica inclui outro agravante. O porto que seria instalado em Pontal do Paraná ficaria exatamente em frente – a menos de três km – da Ilha do Mel, uma unidade de conservação que foi reconhecida pela UNESCO em 2000, por suas características naturais e culturais singulares, como um Patrimônio Mundial da Humanidade. A questão, portanto, supera preocupações estaduais ou nacionais. A Ilha é uma Estação Ecológica e um patrimônio público, único no mundo, que pertence a toda a população global e, por isso, precisa ter sua proteção e conservação asseguradas. Caso o porto seja feito, os impactos que ele geraria a toda região, incluindo à Ilha, seriam irreversíveis.

O local corre o risco de virar um depósito de containers ou mesmo residência improvisada para muitos operários que trabalhariam na construção do complexo industrial e, depois da conclusão das obras, permaneceriam na região sem ocupação profissional, sobrecarregando ainda mais a já deficiente estrutura de serviços públicos essenciais de Pontal do Paraná, Paranaguá e municípios vizinhos.

Permitir a instalação de um porto que afetaria diretamente uma importante unidade de conservação como a Ilha do Mel é também ser conivente com a abertura de um grave precedente que facilitaria a destruição de outras várias áreas de proteção brasileiras.

ALTERNATIVAS MELHORES EXISTEM!

Em uma demonstração de que basta boa vontade para que soluções alternativas sejam consideradas para o litoral do Paraná, o movimento #SalveAIlhaDoMel lançou em 2019 no portal Benefitoria uma campanha de financiamento coletivo (*crowdfunding*) que, em dois meses, arrecadou mais de R\$ 37 mil para custear a realização de um projeto de desenvolvimento alternativo ao litoral do Paraná pautado no estímulo ao Turismo.

Engenheiros e arquitetos foram pagos com os recursos da campanha para elaborar alternativas capazes de desafogar o trânsito em vias hoje sobrecarregadas e propor soluções para as pessoas, como estruturas para travessias de pedestres, mirantes turísticos, estruturas para a valorização de produtos e comércios locais e mais de 50 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas que interligariam dezenas de balneários, praias e ilhas da região. A ideia da “Ciclo Rodovia Interpraias” foi apresentada ao Governo do Paraná em agosto e resultou na criação de um Grupo de Trabalho (GT) integrado por representantes do Governo do Paraná, da sociedade civil, do Ministério Público e de prefeituras do litoral para discutir a viabilidade de ideias alternativas à proposta do porto e da Faixa.



Projeto alternativo Ciclo Rodovia Interpraias Crédito: Atmosfera2Arquitetura.

A SOCIEDADE REJEITA A IDEIA DE PORTO E CLAMA POR ALTERNATIVAS



Mais de 230 mil e-mails já foram enviados pela sociedade ao poder público pedindo que soluções alternativas ao litoral do Paraná – que passem pelo investimento em Turismo, e não pela construção de um complexo industrial destruidor – sejam propostas à região.

As mensagens foram enviadas por meio do site www.salveailhadomel.com.br, mas, até agora, não tiveram respostas. Uma música e um clipe manifesto que buscam chamar a atenção da população para a ameaça foram feitos em parceria entre instituições que apoiam a campanha #SalveAIlhaDoMel e artistas voluntários. Milhares de visualizações foram somadas em poucos dias. A canção “A Ilha do Mel pede socorro” está disponível para visualização no YouTube do Observatório de Justiça e Conservação (OJC), uma das entidades a apoiar a campanha.

Veja as entidades que apoiam a campanha #SalveAIlhaDoMel



Desmonte ambiental: a ideologia como bode expiatório

O escárnio aos ambientalistas, o desprezo pelas leis e a tentativa de ideologizar a discussão ecológica são táticas de um grande jogo de interesses privados



Quero aqui discorrer sobre uma falácia que tem sido usada para manipular você. Muitos já se depararam com discursos raivosos sobre a “ideologia ecológica” ou sobre como todos os ambientalistas são “de esquerda”. Para tanto, demonstrarei que tais afirmações não passam de uma manipulação da narrativa em prol daqueles que querem desmonte das leis ambientais ou, simplesmente, azeitar a máquina da corrupção.

As últimas eleições foram marcadas pela polarização de opiniões no Brasil. De um lado, os chamados “mortadelas”, simpáticos a ideologias sociais-democratas e de outro, os “coxinhas”, que se entendem como liberais ou de direita. Essa simplificação das partes, todavia, não reflete a realidade do que ocorre dentro do Congresso Nacional.

Lá é possível aferir que a estrutura partidária brasileira se caracteriza por ser um grande balcão de negócios. O comportamento observado na imensa maioria dos aproximadamente 30 partidos legalizados no Brasil é de extrema fisiologia e, em geral, ausente de ideologias que efetivamente os distingam uns dos outros. Os presidentes das siglas são, na prática, donos dos seus partidos e sua principal preocupação é o bilionário fundo partidário.

É preciso, pois, entender este contexto antes de se fiar em discursos políticos que pregam a existência de “ideologias verdes”. Ruralistas e partidos “de esquerda”, por exemplo, podem até se unir para aprovar retrocessos ambientais que prejudiquem a maioria da população. Há casos assim, como a tentativa de criar as “estradas-parque” para atender interesses puramente eleitoreiros em detrimento de toda a nação. Meio ambiente, para essa gente, é apenas um meio para atingir fins privados ou para manter-se no poder.

Portanto, querer incluir a questão ambiental no debate ‘direita x esquerda’ parece muito mais uma tentativa de nos aprisionar em polarizações inócuas, nos jogando uns contra os outros. Em matéria de política, nós, brasileiros, agimos como torcidas de times de futebol rivais que se xingam e agridem fisicamente enquanto os dirigentes dos clubes antagônicos jantam juntos, consumindo lagostas e vinhos às nossas custas.

A NEGAÇÃO DA CIÊNCIA AGRAVA AS MAZELAS SOCIAIS

Nesse triste contexto fisiologista e manipulador da opinião pública precisamos estar atentos aos lobbies que passaram a aparelhar o governo e que, em muitos casos, são propagadores de discursos de ódio e da negação da ciência, como se viu no caso do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Se por um lado é compreensível que é difícil falar de meio ambiente num país

onde há falta de saúde, educação e segurança, devemos observar que o desrespeito à ciência - neste caso a Ecologia - agrava ainda mais essas mazelas.

A saúde, por exemplo, é sobremaneira atingida pelos efeitos maléficos das queimadas – os problemas respiratórios aumentaram mais de 45% nos últimos cinco anos nas regiões afetadas. Recentes estudos apontam também que há total relação entre os surtos de doenças como a febre amarela e outras transmitidas pelo *Aedes Aegypti* com a devastação ambiental.

Questões relativas ao meio ambiente também permeiam a educação e a segurança pública. Ambas vêm, há décadas, sendo afetadas pelo intenso êxodo rural, que se correlaciona com a exaustão do solo, mudanças climáticas e desmatamento. A migração do campo para a cidade sobrecarrega a infraestrutura dos grandes centros, tornando mais custosas e difíceis as readequações de serviços públicos que já são de baixíssima qualidade.

MEIO AMBIENTE “É COISA DE ESQUERDA”

Como empresário e ambientalista, deparo-me com colegas da área empresarial com posturas radicais quando o tema é meio ambiente. No fundo, o que mais lhes desagrada são a burocracia estatal, as restrições e custos das regras ambientais. Mas, no Brasil algumas “leis pegam e outras não pegam, e há sempre o nosso famoso “jeitinho”. Talvez seja por isso que na máquina estatal brasileira, corrupção e devastação andem lado a lado há séculos.

Além disso, ser cumpridor das regras no Brasil não é algo muito popular. Ser “dedo duro” aqui é visto com demérito. Cumprir leis ambientais? Isto é coisa de “ecochato”. Na verdade, o escárnio aos ambientalistas, o desprezo pelas leis e a tentativa de ideologizar a discussão ecológica são táticas de um grande jogo de interesses privados.

Da mesma forma que a apropriação da narrativa ecológica por alas ditas progressistas pode ser manipulação barata, assim também é o discurso de ódio contra ONGs ou contra o meio ambiente. O pano de fundo? Negócios de particulares envolvendo o patrimônio público natural, vide a morte de indígenas e a grilagem de terras na Amazônia.

Já para a maioria dos senhores eleitos, questões ambientais de médio ou longo prazos “não dão votos”, e quem pensa nisso ou é “comunista” ou “quer atrapalhar o progresso”. Na verdade, para este governo, qualquer coisa que não lhe agrade virou “coisa de esquerda”. Pura falácia. Ecologia não tem nada a ver com ideologia.

A Ecologia é um ramo da ciência que estuda o meio ambiente e sua interação com os seres vivos e, como ciência, deve ser técnica e desprovida de paixões. Assim, a Ecologia está para o socialismo como a astronomia está para o liberalismo. Não há nenhuma relação direta entre elas. Já a relação entre corrupção e devastação ambiental, esta sim, é secular e direta.

Portanto, para evitar cair no conto das polarizações ou que sejamos manipulados, é fundamental ser intransigente no trato à ciência, às leis e à democracia. Respeitar a questão ecológica significa resguardar que direitos de futuras gerações estejam acima de interesses individuais - conforme reza o artigo 225 da Constituição Federal. Não se trata, pois, de ideologia, mas de um marco civilizatório.

Giem Guimarães é empresário e ambientalista.

Deputado Estadual denuncia descaso “estorrecedor” a lixo na Ilha do Mel

Como deputado e presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Paraná, Goura Nataraj sentiu a necessidade de verificar a situação de perto, para entender as deficiências das políticas públicas sobre resíduos vividas pelo litoral do Paraná



Crédito: Rafael Bertelli

Justiça e Conservação - Que situações e cenários o senhor encontrou na Ilha do Mel?

Goura - Quando falamos em litoral, sabemos que há muitos problemas, especialmente, nas comunidades insulares. No caso da Ilha do Mel – um grande atrativo turístico que concentra hotéis, restaurantes e pousadas – a proporção de resíduos aumenta bastante. Conversamos com moradores, comerciantes e com a comunidade para entender o tamanho do problema. Em Nova Brasília, visitamos a área onde o lixo é coletado e concentrado para ser levado ao continente, em Paranaguá. A situação é gravíssima e o local é inadequado. Não há separação do lixo e existe a presença de ratos e vários outros vetores de doenças. A situação do lixo na localidade de Encantadas também é crítica e os problemas se repetem do outro lado da Ilha do Mel.

A partir dessa visita, buscamos informações sobre a situação e constatamos que existe um plano de reforma e readequação das estações, bancada pelo Terminal de Contêineres Paranaguá (TCP). Mas é importante que o governo tenha um plano emergencial para esse verão e, por isso, solicitamos providências à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, não só para a Ilha do Mel, que é a localidade mais visitada, mas também para Superagui e Ilha das Peças. Nesses outros lugares também há problema de coleta e gestão inadequada de resíduos.

Justiça e Conservação - A gestão da Ilha é compartilhada entre Governo do Estado e Prefeitura de Paranaguá. Qual seria a saída para resolver o problema do lixo?

Goura - Os problemas são graves e exigem soluções imediatas. A atual situação do lixo é insustentável e está longe de atender as diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além da separação correta, é preciso fazer o tratamento do lixo orgânico, por compostagem, e ir além da gestão correta de resíduos. Precisamos tornar a Ilha do Mel uma área de plástico

zero e, para isso, é necessário mudar hábitos e o cenário vigente. Hoje ainda são usados descartáveis, de copos a canudos plásticos, por exemplo, e é preciso extinguir essa prática, pela importância ambiental do local.

Justiça e Conservação - Como sentiu a receptividade da população a essas propostas?

Goura - A população reclama que os políticos vão ao local, identificam os problemas, mas não fazem nada. O drama do trapiche, que caiu e apresenta problemas seríssimos tanto em Nova Brasília como em Encantadas, está uma novela. Não temos levado em consideração a Ilha pela importância que ela tem como atrativo turístico e área de preservação. É importante que a visitem, mas é necessário que o turista possa contar com estrutura para essa visita. Durante muito tempo, o lixo foi enterrado, antes de chegar ao trapiche em Nova Brasília. E, agora, ao passar pelo local onde o lixo era enterrado, percebe-se que todo esse material está sendo levado pela maré. Existe um “sambaqui” de lixo ali,



Durante muitos anos o lixo na Ilha do Mel foi enterrado e hoje é levado pela maré. Crédito: Rafael Bertelli

que a maré está “comendo” e levando para o mar. A população quer que o poder público esteja presente, com a oferta de políticas públicas, saneamento e soluções para a questão de lixo. Só assim a Ilha pode se tornar, de fato, um local capaz de equilibrar com eficiência e qualidade atividades econômicas em consonância com preservação ambiental.

Justiça e Conservação - Qual a qualidade do serviço de saneamento básico na Ilha?

Goura - Não tem esse serviço vigente e há propostas que, no mínimo, precisam ser mais bem discutidas. O Governo conta com um investimento milionário para fazer toda a rede de esgoto na Ilha e levá-lo para ser tratado no município de Pontal do Paraná. Mas, será que não podemos tratar isso na Ilha mesmo, por meio da utilização de fossas ecológicas? A Ilha recebe muita gente nos fins de semana e feriados, tem exploração comercial com hotéis e restaurantes. A presença humana é muito bem-vinda do ponto de vista econômico e de conscientização ambiental, mas a problemática do tratamento do esgoto é urgente. A Ilha é parte do município de Paranaguá, mas precisa ser entendida e olhada pelo governo com olhos mais cuidadosos e atenciosos.

“ Não adianta propor a criação de uma Faixa de Infraestrutura e de um porto privado, se o Governo não dá conta de superar nem o problema básico de esgoto e lixo. Se o Governo quer falar em turismo e sustentabilidade, deveria antes resolver problemas mais urgentes e que estão aí há bastante tempo. É importante mais ação e menos discurso. O governador Ratinho Júnior foi Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano na gestão do ex-governador Beto Richa. O atual secretário de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Márcio Nunes, foi deputado estadual em 2014 e reeleito em 2018.

Essas pessoas estão no poder há muito tempo. Não dá para dizer que não conhecem essa realidade que se impõe há anos.

O desenvolvimento não pode vir com projetos maiores, sem oferecer qualidade de vida ao povo caiçara e às comunidades locais. Sem fomentar agroecologia nas ilhas e em toda parte litorânea ou sem proibir o uso de agrotóxicos. Isso está nas mãos do Estado e não são ações milionárias. O saneamento, o fortalecimento das Unidades de Conservação e as políticas de resíduos sólidos como um todo, se colocam de forma muito urgente na perspectiva ambiental e social.



Foram geradas 20 toneladas de lixo por dia, na Ilha do Mel, durante a temporada de verão 2018/2019. Crédito: Divulgação.



Goura verificou vários problemas, como a grande quantidade de lixo e a falta de saneamento básico na Ilha do Mel. Crédito: Rafael Bertelli

Justiça e Conservação - O fluxo turístico é enorme nos meses de temporada. Existe uma necessidade de campanha de conscientização sobre destinação de lixo, especialmente, nesses períodos?

Goura - Quando um cidadão chega a Pontal do Paraná de carro ou ônibus para embarcar para a Ilha, não recebe nada. Não vê nenhum folheto, cartaz ou placas que orientem as pessoas a terem boas práticas ambientais, como não jogar ou recolher o lixo na praia. Os turistas também não são orientados sobre a forma de destinar o lixo adequadamente. Muito do que chega à costa não é gerado no local. Chega pelo oceano, mas é muito importante trazer os turistas como aliados na preservação ambiental. É importante fazê-los entender que o litoral precisa ser preservado para as futuras gerações e estimulá-los a pensar em “corresponsabilidade”. Cada um de nós pode fazer mais, ser agente multiplicador de uma nova consciência. Todo visitante deveria receber orientação muito bem definida e resolvida sobre os resíduos e a destinação correta. E isso não custa nada para o governo fazer.

Justiça e Conservação - Como avalia a questão dos trapiches e acessos à Ilha do Mel?

Goura - Há três meses, o governo sinalizou licitação dos trapiches de Encantadas e Brasília, com expectativa de que, até abril de 2020, a obra estivesse concluída. Recentemente, em setembro, um dos trapiches despencou e uma senhora fraturou a perna ao desembarcar. Existem muitos problemas ali, que é a porta de entrada da Ilha, local onde é necessária total segurança para todos. É uma comunidade com moradias, escolas, posto de saúde, e que precisa ser referência em sustentabilidade e segurança. A questão dos trapiches é importantíssima nesse sentido.

PDS Litoral reforça necessidade de Estado fortalecer a identidade e a cultura litorâneas

Em novembro de 2019, foi entregue o Plano de Desenvolvimento Sustentável, PDS Litoral, documento elaborado pelo Consórcio Litoral Sustentável e financiado pelo Governo do Paraná e o Banco Mundial para traçar diretrizes de desenvolvimento com as quais governo e sociedade possam trabalhar. A intenção de construção do plano era buscar, por meio das estratégias indicadas como caminhos possíveis, mais qualidade de vida, governança, sustentabilidade e desenvolvimento a todo o Paraná.

As discussões feitas por especialistas com ampla participação pública apontaram uma necessidade de equilíbrio, hoje inexistente, sobre investimentos estratégicos em turismo de natureza e investimentos de fomento econômico-industrial no Estado.

Foi reforçada a necessidade de fortalecer a identidade e a cultura litorânea, com promoção das baías, do patrimônio social e cultural, da paisagem, da cultura náutica e do esporte, além da valorização dos ativos locais, das comunidades tradicionais, e do fortalecimento da autoestima do Litoral como uma região como atrativa.

A proposta de construção de um porto e de uma agressiva infraestrutura para o atender não foram consideradas como estratégias adequadas para a saúde do litoral.



A Grande Reserva da Mata Atlântica abrange áreas preservadas de três estados.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) informou que, para as novas obras dos trapiches, existe uma necessidade de licenciamento ambiental, que precisa ser concedido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A liberação ainda não foi dada pelo IAP, mas a licitação, por técnica e preço, já está em andamento. A análise técnica das propostas está em julgamento na Comissão de Licitação e Compras CPLC).

Justiça e Conservação - Falta interesse político para melhorar as condições na Ilha do Mel?

Goura - Falta entendimento mais definido sobre as reais prioridades de investimento. Para chegar a esse nível de descaso, quer dizer que a coisa está largada há bastante tempo. A Ilha do Mel é um dos lugares mais visitados do Paraná! Como está a valorização e a preservação desse local? Fica nítido quando se vê a questão do lixo. Fiquei chocado ao conhecer o Centro de Destinação de Resíduos, muito próximo dos trapiches. Andando pela costa, em 15 minutos já se chega a esse lugar. É um descaso de muito tempo. Não vem de agora. Um desrespeito absoluto com a população e o meio ambiente. Somos criticados por sermos “xii-tas”, mas não é isso. Se não tiver meio ambiente equilibrado com respeito à flora e à fauna, não vamos ter mais esses atrativos no futuro. Não existirá a Ilha como a gente conhece, com água limpa e praias preservadas.

E isso se agrava ainda mais em um contexto de mudanças climáticas. O Paraná é signatário da Agenda 2030 (um plano de ação mundial para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal e indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS), mas não estamos vendo política de desenvolvimento sustentável acontecer no Estado. Vemos a ameaça de uma estrada rasgando a Mata Atlântica, a possibilidade de

construção de um porto privado em frente à Ilha do Mel e a tentativa de abertura de uma estrada rasgando o Parque Nacional do Iguaçu. Sem falar no descaso com o uso de agrotóxico que ocorre no Paraná. O Estado é líder em casos de contaminação e intoxicação por agrotóxicos no Brasil!

Justiça e Conservação - Como enxerga o potencial turístico dessa região?

Goura – Falamos desse conceito de “Grande Reserva da Mata Atlântica”. A Ilha está inserida nessa área, que abrange porções florestais ainda conservadas entre os estados de Santa Catarina, São Paulo e Paraná. Esse trecho representa a maior área contínua de floresta preservada que inclui a Serra do Mar e o litoral, com um potencial tremendo que a maioria dos paranaenses não conhece. Locais como Superagui, Ilha dos Pinheiros e o Parque Estadual do Marumbi estão há uma hora de Curitiba.

Temos que fomentar turismo que preserve o meio ambiente,

respeite as populações tradicionais, os indígenas, os quilombolas, as comunidades agroecológicas, a cultura caiçara, o fandango, a valorização de produtos regionais e a pesca artesanal, que muita gente não conhece. Não estamos preservando a cultura da pescaria tradicional. Esses pescadores não são apoiados nem respeitados pelo Estado.

O governo contratou com valor bastante expressivo, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS), há quatro anos. Ele foi entregue oficialmente ao Estado agora em novembro. O PDS foi construído de forma muito técnica e cuidadosa, ouvindo comunidades, identificando e respeitando todas essas singularidades que temos aqui, em um litoral relativamente pequeno, mas com duas baías muito importantes, com áreas de preservação. Temos que levar em consideração o que o PDS está indicando e ele não considerada adequada a construção da Faixa de Infraestrutura nem do porto. Estamos trabalhando para que o PDS tenha força de lei, para orientar o crescimento do litoral. E o governo tem obrigação de abraçar esse projeto.

Sugerimos a construção de ciclovias junto às ferrovias Morretes-Antonina e Morretes-Paranaguá, onde já há a malha ferroviária, então, o custo não é tão alto. Elas seriam paralelas à linha do trem e funcionariam como um atrativo turístico de magnitude, ao lado da mata, e também para mobilidade da população local.

“Ainda sobre a questão do turismo, temos que fortalecer práticas de ecoturismo na região, como turismo náutico, surfe, cicloturismo com uso de bicicletas tanto no continente quanto para explorar as ilhas. Há muita coisa boa para ser feita. Temos cobrado a implantação de ciclovias e malhas cicloviárias. O trecho que mais morrem ciclistas é o trecho urbano da BR- 277, em Paranaguá. Esse local precisa de investimento”.

OPINIÃO

Petróleo e containers não atraem turistas

Nenhum dos 50 melhores destinos de natureza do mundo está em nosso país, onde se concentra a maior biodiversidade do planeta. Isso porque é comum a sobreposição de empreendimentos de alto impacto em áreas que deveriam ser destinadas à exploração turística de nossas extraordinárias riquezas naturais



Crédito: Robson Villalba

Um dos maiores desafios de gestores públicos responsáveis com o estabelecimento de políticas de desenvolvimento regional se refere ao direcionamento harmônico e inteligente do uso do território. É evidente que não basta existirem opções de atividades econômicas potenciais. É necessária uma distribuição equilibrada dessas atividades para evitar que ocorram sobreposições de práticas que não sejam compatíveis entre si.

Em função disso, cenários qualificados para gerar desenvolvimento regional devem levar em consideração as características geográficas de um local e todo o conjunto dos recursos naturais existentes numa determinada região, em busca da melhor destinação e do melhor resultado agregado possível.

A criação de zonas portuárias e industriais devem ocupar espaços delimitados nos quais esteja assumida a condição de degradação ocasionada por essas atividades, evitando-se, assim, uma contaminação generalizada de todo o território.

A condição de isenção de parte do poder público é absolutamente fundamental para as decisões de planejamento estratégico que o desenvolvimento regional exige. O que parece ser um encaminhamento bastante evidente, no entanto, não raro deixa de ocorrer pela existência de outras variáveis políticas e econômicas que interferem de forma abusiva e inadequada nas decisões que devem nortear a localização de empreendimentos, em especial, dos que causam maior impacto social, econômico e ambiental.

A condição de bom senso e qualidade técnica na destinação correta no uso de um território implica admitir que, em muitos casos, a melhor opção é negar a viabilidade de determinados empreendimentos em função de consequências que inibam e prejudiquem outras atividades mais adequadas para uma região.

A gigantesca indústria do turismo de natureza, ainda incipiente no Brasil, não teria tanto sucesso sem um planejamento responsável e rigoroso no uso dos territórios. Seria inimaginável que áreas destinadas a atividades voltadas ao turismo de natureza concorressem com espaços destinados a operações de grande impacto ambiental como indústrias, portos ou mesmo grandes concentrações urbanas.

Parques Nacionais norte-americanos, como o Yosemite ou o Yellowstone, são exemplos históricos de como um grande espaço natural bem conservado pode representar uma via extraordinária para o desenvolvimento econômico regional, gerando emprego e renda. São exemplos que hoje estão replicados em muitos pontos do mundo. A condicionante para o sucesso dessa indústria exige, justamente, um isolamento rigoroso de atividades econômicas de alto impacto ambiental.

A Costa Rica, o Chile e a Argentina, por exemplo, são países latino-americanos que já exploram com sucesso a condição de manutenção de grandes áreas naturais destinadas ao turismo. Um incremento econômico expressivo gerado em áreas que, até então, eram reconhecidas como espaços de depressão econômica. Exemplos a serem utilizados como referência para empreendimentos similares no Brasil.

Nenhum dos 50 melhores destinos de natureza do mundo está em nosso país, onde se concentra a maior biodiversidade do planeta, agregada a um conjunto infindável de paisagens exuberantes. Isso porque é comum a sobreposição de empreendimentos de alto impacto em áreas que deveriam ser destinadas à exploração turística de nossas extraordinárias riquezas naturais.

No Paraná, ocorre hoje um enorme esforço da sociedade, que contesta a determinação do Governo do Estado em ampliar, de forma violenta, os impactos já causados por uma estrutura industrial e portuária que existe em Paranaguá. Ao invés de buscar a otimização e o incremento de uma estrutura que já existe, motivações políticas levam à expectativa de que investimentos públicos milionários possam agora apoiar e viabilizar a construção de um complexo industrial portuário em Pontal do Paraná, em frente à Ilha do Mel, uma das unidades de conservação mais importantes do Estado e o segundo ponto turístico mais visitado do Paraná, atrás apenas do Parque Nacional do Iguaçu.

Mesmo com a existência de dados que comprovam a plena condição da estrutura de Paranaguá para atendimento das demandas de importação e exportação do Paraná para as próximas décadas, a criação de uma nova zona portuária e industrial em Pontal do Paraná, parece representar uma questão de “vida ou morte” para a atual gestão pública estadual. Mas, claramente, não se trata de uma decisão estratégica visando o melhor arranjo econômico e social para o uso inteligente de nossa estreita faixa costeira.

Sem uma contínua e crescente mobilização pública, que precisa ser ainda mais contundente, o Paraná corre o risco de cair, mais uma vez, na “vala comum” do desenvolvimento mal planejado. A enorme suscetibilidade a pressões, que nunca poderiam ser consideradas por gestores públicos em tomadas de decisão, representa a maior ameaça para descaracterizar uma das áreas mais propícias para o desenvolvimento de atividades de turismo de natureza do Brasil.

O atendimento aos interesses maiores da sociedade é uma responsabilidade do poder público e devemos cobrar essa postura em todas as situações. Ao invés de uma atitude em busca de racionalidade, ocorre hoje uma grande especulação em torno de resultados econômicos de curto prazo e voltado a expectativas de interesse pessoal, em detrimento dos benefícios a todos os paranaenses.

Os malabarismos argumentativos sem sustentação técnica e direcionados a imposições de viés político não podem ser assimilados passivamente. Está em nossas mãos garantir a verdadeira vocação de desenvolvimento para cada parte do território do Paraná.

Clóvis Borges é diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS).

Projeto de desenvolvimento turístico para o litoral do Paraná pago pela sociedade é apresentado ao Governo do Estado

Solução foi desenvolvida por arquitetos e engenheiros pagos com recursos de um financiamento coletivo. Proposta é mais barata e troca a instalação de um complexo industrial portuário por investimentos em turismo, ciclismo e esportes de natureza



O financiamento ficou no ar por 60 dias e ultrapassou em quase 7% a meta de arrecadação (R\$ 35 mil), totalizando R\$ 37.340,00 reunidos no prazo.
Crédito: Bruno Santos

Na manhã do dia 23 de agosto, no Palácio do Iguçu, em Curitiba (PR), ocorreu a apresentação ao Governo do Paraná de um anteprojeto de desenvolvimento alternativo para o litoral do Estado. Ele é uma alternativa à proposta de instalação de um complexo industrial no município de Pontal do Paraná, no litoral do Estado – e de um porto que seria feito a menos de três quilômetros da Ilha do Mel – e prevê investimentos em turismo e estímulo ao ciclismo e esportes de natureza. O encontro contou com a presença das secretarias de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Planejamento e Infraestrutura e Logística, de prefeitos de municípios do litoral, além de representantes do Ministério Público (MP) do Paraná, por exemplo.

Ao fim da reunião, a criação de um grupo de trabalho foi proposta pelo secretário de Meio Ambiente, Márcio Nunes para debater em conjunto a viabilidade da ideia apresentada. Ele é composto por membros da sociedade civil, das entidades que integram a campanha #SalveAIlhaDoMel, prefeitos dos municípios envolvidos e membros do Governo do Paraná e MP.

A alternativa foi desenvolvida por arquitetos e engenheiros especializados, pagos por recursos arrecadados na campanha de financiamento coletivo “O litoral do Paraná pede socorro”, lançada no portal Benfeitoria em abril de 2019, pelo movimento #SalveAIlhaDoMel. Ele é integrado por duas dezenas de entidades e centenas de pessoas que se posicionam a favor da defesa do patrimônio natural, cultural e social do litoral do Paraná. Foi a primeira proposta de desenvolvimento alternativo para o litoral do Estado apoiada pela sociedade civil, e não imposta por em-

presários interessados em lucrar às custas da população e do que restou do patrimônio natural em nosso Estado.

O financiamento ficou no ar por 60 dias e ultrapassou em quase 7% a meta de arrecadação (R\$ 35 mil), totalizando R\$ 37.340,00 reunidos no prazo. A iniciativa mostrou que basta boa vontade e disposição para que propostas que favoreçam a coletividade sejam pensadas para a região.

LITORAL PODE VIRAR REFERÊNCIA EM TURISMO DE NATUREZA

A alternativa apresentada ao Governo prevê a construção da chamada “Ciclo-Rodovia Interpraias”, com mais de 50 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas que interligariam dezenas de municípios, praias e ilhas. Propõe também a criação de “cicloparagens”, mirantes turísticos, estruturas para estímulo, valorização e comercialização de produtos locais e outras soluções que facilitarão o fluxo de moradores, ciclistas e pedestres na região. Tudo para beneficiar a sociedade, promover uma economia limpa e lucrativa e proteger a natureza. A proposta pode fazer do litoral do Paraná referência global no setor, trazendo pessoas de todo o mundo interessadas em pedalar pelos cenários de uma das maiores áreas contínuas de Mata Atlântica ainda preservada no Brasil. Além disso, outros esportes, como surf, caminhadas, corridas, ou atividades náuticas, por exemplo, seriam estimulados.

MELHORIAS NA PR-412 FORAM CONTEMPLADAS PELO ANTEPROJETO

A proposta também prevê melhorias na PR-412 que seriam capazes de desafogar expressivamente o trânsito na via que hoje, em épocas de temporada, fica excessivamente congestionada. Ela liga a PR-407 a diferentes balneários do litoral, mas a intensidade do fluxo em alguns momentos do ano dificulta o acesso de moradores, comerciantes e turistas.

O anteprojeto propõe duplicações de alguns trechos, o aproveitamento da beira-mar, a construção de ciclovias para viabilizar o trânsito de moradores e turistas que utilizam bicicletas, pontes para travessia de pedestres e rotatórias que facilitariam a dinâmica dos deslocamentos.

Diferente da proposta da Faixa de Infraestrutura, as ideias trazidas pela solução alternativa consideram diversas opções que atenderiam a necessidade de deslocamento das pessoas.

O litoral do Paraná tem um dos maiores potenciais para o turismo de natureza do Brasil, mas até hoje não recebeu investimentos honestos e expressivos no setor. A região salvaguarda uma das últimas porções bem conservadas de Mata Atlântica em bom estado de conservação do mundo. Permitir a construção de mais um porto no litoral do Paraná é apoiar o desmonte social e ambiental de uma das regiões mais singulares do Brasil, desperdiçando o potencial que acumula para uma geração de emprego e renda muito mais vantajosa e inteligente que o turismo pode oferecer.



Proposta tem objetivo de desafogar o trânsito na PR-412.
Crédito: Divulgação.

MAIS VANTAGENS E RESPEITO ÀS PESSOAS E À NATUREZA

A tabela abaixo faz uma comparação entre o projeto alternativo que foi apresentado pelo movimento #SalveAIlhaDoMel e a proposta da Faixa de Infraestrutura, que teria a exclusiva finalidade de atender as demandas do porto.

Ele custaria menos da metade (R\$ 127 milhões) do valor proposto para a primeira fase das obras da Faixa (mais de R\$ 369 milhões) e geraria impactos e também vantagens incomparavelmente distintas em relação à proposta que prevê a construção de mais um porto do litoral do Estado. Confira:

	Orçamento e Extensão	Dano Ambiental Direto	Travessias em Desnível	Cicloviás	Estrutura para Turismo e Comércio Local	Integração com outros Municípios e Ilhas	Impacto das Comunidades Indígenas	Número de Impactos Negativos
Ciclo Rodovia Interpraiais	R\$127 milhões 34,4 km	6 hectares	6	50 km	5 Cicloparagens com mirantes	Matinhos, Guaratuba, Paranaguá e Guaraqueçaba	Não há	6 diretos
Faixa da Infraestrutura	R\$ 369 milhões 24 km	500 hectares	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Limitada a Pontal do Paraná	Impacta diretamente	170 diretos

Números comprovam: litoral do Paraná sofre com descaso e com a carência de investimentos públicos!

O potencial e a imensa biodiversidade do Paraná são subaproveitados e a indústria do turismo de natureza não cresce na região pela falta de investimentos públicos e privados.

Isso é o que revela uma análise feita com base em dados do Portal da Transparência, comparando os valores investidos pelo governo em turismo e unidades de conservação e gastos com estruturas portuárias.

Nos últimos cinco anos, os investimentos em infraestrutura para Unidades de Conservação e Turismo somou R\$ 17.320.759,00, o que corresponde à 40% do valor total orçado para infraestrutura portuária somente em 2014, ano do menor orçamento dedicado ao setor portuário (R\$ 42.850.000,00). A discrepância dos números chama muito a atenção.



O Ecoturismo ou Turismo de Natureza é um segmento com forte tendência de crescimento. De acordo com dados da Organização Mundial de Turismo (O.M.T), enquanto o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo vem crescendo entre 15 a 25% por ano.

Emprego e renda – O turismo é importante atividade econômica e destaca-se como alternativa de desenvolvimento territorial sustentável, sendo responsável por 9% do PIB mundial (Ministério do Turismo, 2015). Em relação ao número de empregos gerados pelo Turismo no Paraná, dados de 2014, mostraram que, dentre os três milhões de empregos gerados no Estado, 150.428 estão relacionados ao Turismo, o que representa cerca de 5% do total de empregos gerados. No Brasil, as atividades envolvendo turismo geram 2.085.935 empregos, enquanto, na atividade portuária, são 50.059 vagas de trabalho em todo território nacional (IPEA e DIEESE 2013) *.



OJC e Barco Sorriso prestam mais de cem serviços médicos e odontológicos a comunidades tradicionais e indígena do litoral do Paraná

A carência de serviços básicos de saúde nos locais visitados chamou atenção durante a ação. Em Maciel, faltam postos de saúde, escolas, oportunidades de geração de renda, segurança e, acima de tudo, respeito às comunidades

Em março de 2019, o Observatório de Justiça e Conservação (OJC) e o Barco Sorriso prestaram atendimento médico e odontológico a 58 pessoas da comunidade do Maciel e da aldeia de Guaviraty, de etnia Guarani, no litoral do Paraná. Ao todo, foram 118 procedimentos e serviços realizados. Participaram da ação 23 voluntários, entre médicos, cirurgiões dentistas, enfermeiros, envolvidos com a recreação infantil e fotógrafos.

Foi voluntária também a coleta dos medicamentos e materiais odontológicos utilizados nos atendimentos, bem como o envolvimento da Associação MarBrasil, instituição que trabalha pela conservação da natureza no litoral do Estado e, como o OJC e outras dezenas de instituições e centenas de pessoas, apoiam a campanha #SalveAIlhaDoMel. No dia da ação, a MarBrasil cedeu o barco de trabalho e promoveu os deslocamentos dos voluntários entre as comunidades atendidas.

O Barco Sorriso presta, desde 2013, atendimento odontológico e educação em saúde a comunidades litorâneas isoladas. A ação em conjunto entre as instituições buscou oferecer atenção às pessoas que vivem na região e carecem de atendimentos básicos do poder público. À comunidade indígena, foram entregues 50 kits de higiene pessoal oferecidos pela empresa Master Sul, parceira do Barco Sorriso. Em Maciel, além de orientações sobre higiene, foram feitos procedimentos para tratamento restaurativos, de cáries e de profilaxia, por exemplo.

A iniciativa foi apoiada pelo OJC a partir de recursos viabilizados com as vendas das camisetas e ecobags da campanha #SalveAIlhaDoMel. Os produtos foram criados no final de 2018 para que, com o dinheiro arrecadado, possam ser feitas mais ações capazes de democratizar à sociedade o acesso a informações sobre as intenções altamente duvidosas que envolvem a proposta de construção de um porto privado – viabilizado com dinheiro público – em Pontal do Paraná, em frente à Ilha do Mel.

As camisetas e ecobags estão disponíveis em duas opções de ilustrações diferentes, em algodão cru (produzidos com mínimo impacto ambiental) ou na cor preta. Elas são feitas com algodão orgânico e 100% certificado e podem ser compradas em pontos de vendas da Ilha do Mel ou solicitadas por mensagem, por meio do Facebook do Observatório de Justiça e Conservação ou do Instagram (@justicaeco).

Crédito: Bruno Santos



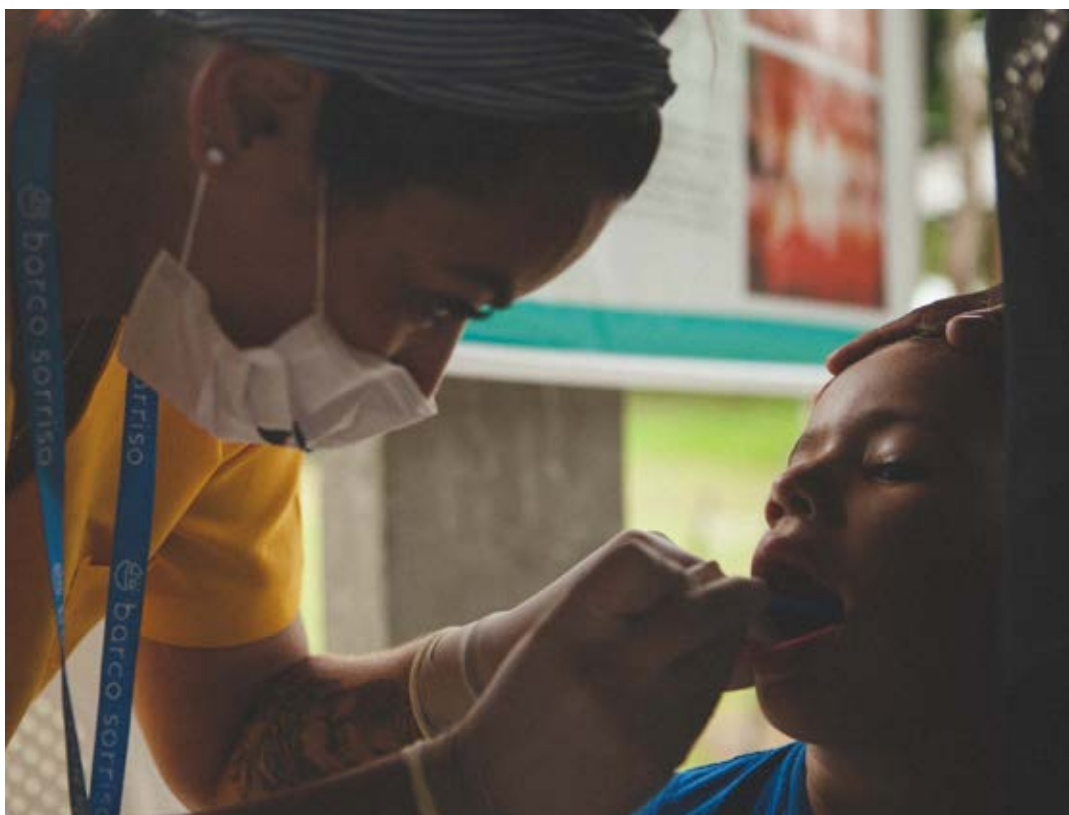
AUSÊNCIA DE SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE E DE ATENÇÃO PÚBLICA IMPRESSIONA

A carência de serviços básicos de saúde nos locais visitados chamou a atenção dos envolvidos na ação. Em Maciel, faltam postos de saúde, escolas, oportunidades de geração de renda, segurança e, acima de tudo, respeito às comunidades.

Mais do que nunca, elas sofrem violentas pressões para deixarem os locais onde vivem por parte de interessados na viabilização do porto e dos demais empreendimentos prometidos pela Faixa de Infraestrutura. A faixa compreenderia outras obras para atender ao porto e custaria, só na primeira etapa das construções, mais de R\$ 369 milhões dos cofres públicos.

Os empreendimentos afetariam diretamente a existência dessas comunidades, que, até agora, não vêm tendo suas opiniões consideradas pelo Governo do Paraná. De modo extremamente questionável, a ideia vem sendo apoiada pelo poder público arte agora.

Para Karina de Lima, cirurgiã Dentista e uma das fundadoras do Barco Sorriso, perceber o nível de carência das pessoas atendidas é o momento mais difícil dos trabalhos, mas a chance de contribuir com alguma transformação daquela condição é o melhor estímulo para os profissionais envolvidos. “Sempre conseguimos perceber a evolução que causamos nas comunidades que acompanhamos ao longo do projeto, quando voltamos aos locais algum tempo depois. É gratificante ver o empenho de cada voluntário envolvido, a dedicação e doação de tempo e trabalho que todos se propõem a fazer. Quanto mais nos doamos, mais recebemos”, disse. As fotos foram produzidas pelo fotógrafo Bruno Santos.





O drama do porto tem rosto

Durante a oferta de atendimento médico e odontológico às comunidades indígenas e tradicionais do litoral do Paraná, o fotógrafo Bruno Santos registrou rostos dos indígenas que estão ameaçados pela falta de atenção pública e pela possibilidade de instalação do porto privado em Pontal do Paraná, que afetaria e expulsaria essas pessoas de onde vivem há séculos.

Os 4,3 mil hectares onde se pretende construir o complexo industrial portuário e o conjunto de obras que o atenderia até hoje não foram demarcados pela empresa Balneária Pontal do Sul S/A.

Ela recebeu as terras em 1949 do Governo do Paraná, mas não fez o que foi exigido pouco tempo depois pela Assembleia Legislativa do Estado: a demarcação e o reconhecimento dos ocupantes com direito à posse, como os indígenas e integrantes da comunidade tradicional de Maciel. Os retratos a seguir nos lembram de que o drama do porto tem rosto.

As fotos foram produzidas pelo fotógrafo Bruno Santos.



Observatório de Justiça e Conservação leva oficina de fotografia e mídias sociais a moradores da Ilha do Mel

Encontros ocorreram em julho de 2019, durante a Festa da Tainha, e levaram aulas de fotografia, edição de imagens, redes sociais e ensinamentos sobre biodiversidade e ameaças que empreendimentos portuários impõe às regiões que ocupam



Crédito: Maria Eduarda Martins Rosario

Dias 13 e 20 de julho, durante a programação da Festa da Tainha, na Ilha do Mel, no litoral do Paraná, o Observatório de Justiça e Conservação (OJC), uma das entidades que apoiam a campanha #SalveAIlhaDoMel, promoveu a oficina de fotografia e mídias sociais “Apurando e Revelando Olhares”. A Festa da Tainha é uma tradição da comunidade e promovida todos os anos pela Associação dos Nativos da Ilha do Mel, a Animpo.

A programação da oficina levou a jovens e moradores da Ilha informações sobre técnicas fotográficas com câmeras digitais, profissionais e celulares, edição de imagens, ensinamentos sobre formas de usar com mais eficácia, qualidade e alcance as redes sociais e aulas de educação ambiental e valorização da biodiversidade marinha da Ilha do Mel e do litoral do Paraná. Também foram abordados nas conversas os impactos altamente prejudiciais que empreendimentos portuários impõe aos locais onde se instalam, especialmente, à natureza e à saúde das pessoas.

Conduziram as conversas os fotógrafos Eduardo Matysiak e Bruno Santos, a idealizadora do projeto de fotografia social “Revelando Olhares”, Carolina Corção e a especialista em redes sociais, Mikie Okumura. Já as aulas sobre biodiversidade foram oferecidas pelo engenheiro e coordenador de Logísticas e Operações Náuticas da Associação MarBrasil, Robin Loose e pelas pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Letícia Sene e Isadora Petrucci.

No total, 14 pessoas, entre jovens e adultos, participaram das atividades oferecidas nos dois dias. Guinevere Gonçalves França, de 14 anos, participou dos dois dias e percebeu a iniciativa como muito valiosa. “Aprendi várias coisas legais que não sabia. Muitas técnicas de fotografia com câmeras e celulares. Também fiquei

por dentro sobre o que pode acontecer com o lugar onde eu moro [se mais um porto se instalar no litoral do Paraná] e estou ciente do que preciso fazer para proteger esse local”, disse ela.

Samuel Henrique Marques, de 16 anos, também esteve presente nos dois dias e gostou da experiência. “A oficina foi ótima! Muito bem elaborada e superou minhas expectativas. Gostei que ela trouxe conhecimentos para as pessoas de uma comunidade que ainda é vista ainda por muitos com preconceito. Com os aprendizados, vamos conseguir agora divulgar a nossa Ilha mostrando como nós, moradores, a enxergamos. Os ensinamentos sobre as técnicas fotográficas e mídias sociais também podem render oportunidades de renda aos que participaram das aulas”, comentou.



Crédito: Bruno Santos



“OBSERVADORES MIRINS”

Uma das expectativas que o Observatório de Justiça e Conservação teve com a promoção da oficina foi estimular os participantes a criarem uma conta em uma rede social que escolhessem para divulgar informações que desejassem compartilhar sobre a Ilha do Mel.

Foi, justamente, o que eles fizeram ao fim dos encontros. Os participantes criaram no Instagram um perfil chamado @jovenscaicaras. Por meio dele, e em grupo, apresentam informações sobre o local onde vivem.

Pretendem falar sobre eventos, cultura, turismo e até fazer denúncias sobre irregularidades e problemas que precisam ser tornados públicos e receber mais atenção da sociedade e do Estado. Como “observadores mirins”, eles querem fazer a diferença.

Crédito: Bruno Santos

Exposição e venda de fotos e cartões postais

Depois dos finais de semana das trocas possibilitadas pela oficina de fotografia “Apurando e Revelando Olhares”, o OJC expôs, durante a programação do Festival Jazz na Ilha, um coletivo de fotos e cartões postais com imagens feitas pelo grupo e pelos fotógrafos parceiros que ministraram a oficina. Todo o recurso adquirido com as vendas foi integralmente direcionado aos participantes, como estímulo aos trabalhos de se tornarem observadores ainda mais atentos e críticos do local onde vivem.

Eles também foram presenteados com uma câmera fotográfica semiprofissional DSLR Nikon D80 doada pelo projeto "Revelando Olhares", parceiro da oficina.

O "Revelando" sempre recebe doações de câmeras. A máquina doada foi ofertada ao grupo como mais uma motivação para que valorizem as singularidades do litoral do estado e também denunciem problemas que precisam ser comunicados.



Crédito: Bruno Santos

QUER VESTIR ESSA CAUSA?

Muitas das ações em defesa do litoral do Paraná já foram viabilizadas com recursos adquiridos por meio das vendas de camisetas e ecobags criadas pelo OJC para a campanha #SalveAIlhaDoMel.

Os produtos foram idealizados e produzidos entre o final de 2018 e o início de 2019 para que, com o dinheiro arrecadado, possam ser feitas mais iniciativas capazes de democratizar o acesso às informações sobre as incoerências que envolvem a proposta de construção do complexo industrial portuário em frente à Ilha do Mel.

Eles são produzidos com algodão 100% orgânico e toda a renda adquirida com as vendas é integralmente revertida à novas ações da campanha.

Confira os pontos de venda no litoral do Paraná:

- Ilha do Mel (Brasília)
- Pousada e Gastronomia Bee House
- Pousada Telhado da Ilha
- Pousadinha
- Pousada das Meninas
- Pousada das Gêmeas
- Pousada Treze Luas
- Ilha do Mel (Encantadas)
- Pousada Fim da Trilha
- Pontal do Sul
- Folks



Justiça & Conservação
#PARAPRESENTENÇA

PROGRAME-SE...

Fique ligado!

Confira uma seleção de atividades que irão movimentar o verão no Paraná. São atrações esportivas, culturais e gastronômicas para todas as idades.



Crédito: Divulgação.

• Festival do Caranguejo

Quando?

9 a 19 de Janeiro

Onde?

Pontal do Paraná - Balneário Shangri-lá

A 18ª edição do Festival do Caranguejo, no Balneário Shangri-lá, em Pontal do Paraná, começa no dia 9 de janeiro. A programação segue até dia 19 de janeiro. O evento, que teve início em 2003 por iniciativa dos pescadores da região, é sempre esperado pelos visitantes de Pontal do Paraná, que comparecem em grande número para aproveitar as atrações, além de saborear diversas receitas com Caranguejo. É uma grande oportunidade para os amantes da iguaria. O evento conta com atrações musicais e espaço para as crianças se divertirem.



Crédito: Divulgação.

• Consciência ambiental! Bikes e patinetes elétricos

Quando?

Até 16 de fevereiro de 2020, quarta a domingo, das 9h às 18h

Onde?

Estação Copel em Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná.

Que tal se deslocar pelo litoral do Paraná de bicicleta ou patinetes elétricos? A Copel disponibiliza o empréstimo de bicicletas e patinetes elétricos. As Estações Copel estão localizadas nas principais praias do Litoral, em Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná. Os serviços estarão disponíveis de quarta a domingo, das 9h às 18h, até 16 de fevereiro de 2020. Para usufruir dos equipamentos é preciso apresentar o documento de identidade do titular da fatura de energia elétrica.

• Cicloturismo de Aventura nos Campos Gerais

Quando?

11 de janeiro
das 7h - 23:30h

Onde?

Lobi Cicloturismo
Rua XV de Novembro, 964
3º andar / Centro, Curitiba - PR

• Carnaval 2020 - Desfile Oficial

Quando?

22 a 23 de fevereiro

Onde?

Praça Mario Roque
Rua General Carneiro, 2-86
Centro Histórico / Paranaguá - PR

• Carnaval 2020

Quando?

21 a 26 de fevereiro

Onde?

R. Dr. Carlos Gomes da Costa
Antonina - PR

• Meia Maratona do Litoral Uninter

Quando?

23 de fevereiro
das 6h - 12h

Onde?

Praia Grande - Matinhos - PR

DICA
SPVS

PRODUÇÃO de NATUREZA
Parques, Reservas e Desenvolvimento Local
Ignácio Américo Pérez
SWS

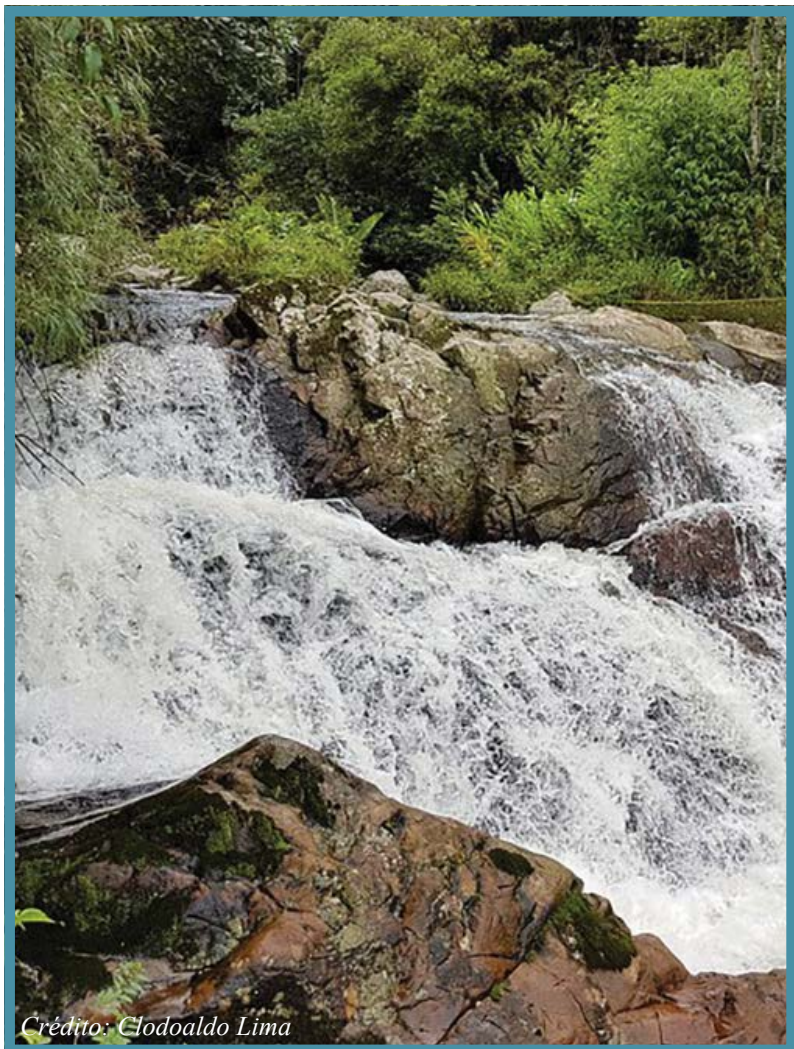
O livro está disponível para **download** no website da SPVS

Foto: Alexandre Dalmeida

E EXPLORE!

Dicas de passeios

Separamos algumas sugestões de roteiros para que você possa curtir as belezas do nosso litoral durante a época de verão. Programe-se, conheça e se divirta!



• Caminho do Itupava

Trilha histórica em meio a floresta fechada, rios e vales, que por mais de 250 anos foi a principal ligação entre o planalto de Curitiba e o litoral do Paraná. Muitas pedras coloniais colocadas por escravos para pavimentar o caminho ainda estão por lá.

A trilha começa no ponto final fim da linha do ônibus Borda do Campo, em Quatro Barras. O tempo do trajeto varia de acordo com o preparo físico do visitante. Para maior segurança, o ideal é seguir em grupo.

Como chegar:

- A partir de Borda do Campo (Quatro Barras)

- Ônibus: No terminal Guadalupe, em Curitiba, pegue o ônibus para Quatro Barras e dali, para Borda do Campo. A trilha começa próximo ao ponto final.

- Carro: Siga para Quatro Barras pela BR 116 e dali, para Borda do Campo. De Curitiba ao início do caminho, são aproximadamente 40KM.

- A partir de Prainhas (Morretes)

- Ônibus: Na rodoferroviária de Curitiba, pegue um ônibus para Morretes, via Estrada da Graciosa, e desembarque em Porto de Cima, próximo a estrada da Estrada de Prainhas, que começa ao lado da Ponte de Ferro. O percurso é de aproximadamente duas horas até o início do caminho.

- Carro: Vá pela BR 116 e desça a Serra do Mar pela Estrada da Graciosa. Em Porto de Cima, pegue a estrada de Prainhas, que começa ao lado da Ponte de Ferro e siga até onde for permitido o estacionamento.

RAISSA FAYET
ZOIUDA



ASSISTA:





Crédito: Divulgação.

• **Aquário Marinho de Paranaguá**

O Aquário de Paranaguá expõe aos seus visitantes aproximadamente 200 espécies, divididas em 23 tanques de água doce e salgada. Os visitantes poderão ver de perto pinguins, raias, tubarões, recifes de coral, manguezal e outras representações aquáticas.

Além disso, existem dois tanques de toque, nos quais serão possíveis ter experiências sensoriais com animais invertebrados e raias.

Horário de funcionamento:

10h - 18h de Segunda a Sexta

10h - 19h aos Sábados e Domingos

Endereço: R. João Régis s/n, Centro, Paranaguá-PR

Telefone: (41) 3425-8063

• **Floresta Estadual do Palmito**

A Floresta Estadual do Palmito é uma Unidade de Conservação composta por 530 hectares de vegetação nativa. Sua criação teve como objetivo promover ações que visam garantir a conservação de uma pequena parcela do ambiente Floresta Atlântica.

Horário de funcionamento: O atendimento é feito somente para grupos organizados com visitas pré-agendadas, de terça-feira a sábado das 08h às 17h.

Agendamento: As visitas podem ser agendadas pelo telefone (41) 3424 -5016.

Cadastro: Ao chegarem ao Parque, os visitantes são recepcionados no centro de visitantes, onde preenchem um cadastro que lhes permite a entrada na unidade de conservação. Este documento é de extrema importância para a segurança dos mesmos. Ao retornarem das atividades, os visitantes devem avisar à administração do Parque.

Localização: No Km 4,3 a margem da PR 407 (denominada de Estrada das Praias) em Paranaguá.



Crédito: Divulgação.

• **Parque Estadual Rio da Onça**

Entre os balneários Riviera e Praia Grande, em Matinhos, fica uma pequena joia do Litoral paranaense. O Parque Estadual Rio da Onça, um local repleto de bromélias, orquídeas de rara beleza e outras espécies da vegetação típica da planície litorânea do estado que atraem aves, pássaros e outros diversos animais silvestres.

Localização: 600 metros da praia. Acesso pela PR 412, Balneário Riviera II.

Horário de funcionamento: terça-feira a domingo, inclusive feriados das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h.

Contato: (41) 3453-2472

• **Parque Natural Municipal do Rio Perequê**

Com 16,2 hectares ao longo do Rio Perequê, o parque preserva uma área de ecossistemas dos manguezais, habitat de pássaros, caranguejos e ostras. O local oferece trabalhos de educação ambiental à comunidade e aos visitantes. Possui uma trilha denominada “micuim” (trilha do caranguejo), suspensa sobre o mangue.

Para visitação deve-se entrar em contato com a Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Pontal do Paraná através dos telefones: (41) 3972 3102/ (41) 3972 7051.




Crédito: Divulgação.

• **Parque Nacional Marinho Ilha dos Currais**


Localização: Pontal do Paraná

O primeiro parque marinho do Paraná e o terceiro do país fica em frente   Praia de Leste. Formado por tr s ilhas localizadas entre as baías de Guaratuba e Paranaguá, a 6,2 milhas da costa, a área abriga mais de 8 mil aves. A  rea agora   gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conserva o da Biodiversidade (ICMBio). O local   um dos poucos pontos de mergulho do Paraná e um berçário de aves. Não   permitido o desembarque.



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Comunica o Social e da Cultura
Museu Oscar Niemeyer
apresentam

CONVITE



mariana christian cravo

curadoria / curatorship
Adriana Cravo e Christian Cravo

ABERTURA
Quinta, 28 novembro 2019, às 19h | sala 7
até 1  março 2019 | terça a domingo, das 10h às 18h

Museu Oscar Niemeyer
Rua Marechal Hermes, 999 - Centro C mico | Curitiba - PR | Tel.: 41 3350.4400
f museuoscarniemeyer | @ museuoscarniemeyer | museuoscarniemeyer.org.br

parceria institucional | realiza o

INSTITUTO YOMIE DINTAKE | Museu Oscar Niemeyer | PARANÁ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Andar 8 | R. 2016 | *Plaqueta natural sobre papel de algodão | 165 x 110 cm

1 LIVRO PODCAST SÉRIE VÍDEO

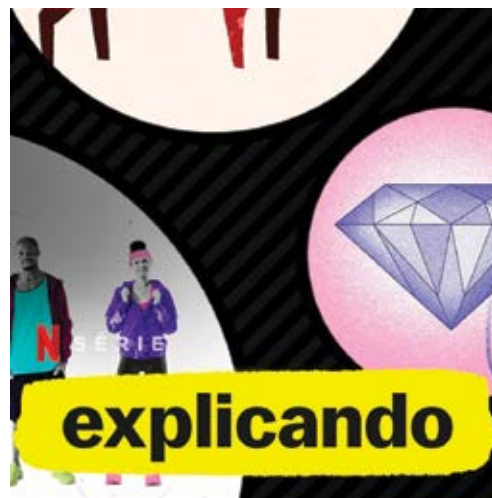
A cada edição do Justiça e Conservação, vamos indicar nesta seção diferentes sugestões de conteúdos que valem a pena conhecer!



O LIVRO

"Tudo o que você precisou desaprender para virar um idiota" mostra 24 teorias conspiratórias que tomam conta de discussões privadas, mas também do debate público, definindo muito das políticas ambientais e sociais brasileiras.

A obra explica o que é ficção e o que é realidade por trás de assuntos como mudanças climáticas, globalismo, vacinas, terraplanismo, escravidão, etc.



A SÉRIE

"Explicando" oferece, por meio da análise de fatos científicos compartilhados de modo bastante simplificado, respostas para as mais diversas perguntas. Os episódios sobre curiosos assuntos que se relacionam com nossas vidas – de temas associados à dieta, ansiedade, religiosidade e curiosidades sobre o que pensam os animais, por exemplo – têm menos de 20 minutos e são lançados semanalmente na Netflix.

Confira em: bit.ly/ExplicandoNetflix



O VÍDEO

O vazamento de óleo que atingiu o Nordeste entrou para a história como o maior desastre ambiental do litoral brasileiro e como um dos maiores da história mundial. Mais de dois mil quilômetros do litoral nordestino foram atingidos pelas manchas de óleo e quase cinco mil toneladas do material já foram recolhidos. É sobre esse assunto que o vídeo "ÓLEO", do canal de YouTube Greg News trata, com riqueza de informações e convites para reflexões sobre o futuro do país.

Confira em: bit.ly/Óleo_GregNews.



O MAIS NOVO BIKE PARK DO PARANÁ ESTÁ A MENOS DE 25 MINUTOS DE VOCÊ!

Venha conhecer o Canal Aventura Bike Park com a sua família. Um espaço maravilhoso, com muito verde, trilhas, cavalgadas, piscina e muita diversão

Horário: sábado e domingo, das 8h às 18h

Contato: (41) 99930-5822

Endereço: **Coloque no Waze**

"Fazenda das Araucárias / Canal Aventura Bike Park"

Ou venha pela BR277, faça o retorno antes do pedágio e entre imediatamente na estrada de terra de acesso à fazenda



O PODCAST

Todos os meses, um novo episódio do podcast do Greenpeace Brasil "As Árvores somos Nozes" é lançado. A cada edição, é promovido um debate sobre os principais temas que envolvem as questões socioambientais no país. Com convidados e comentários diretos de Brasília, o programa atualiza os ouvintes sobre iniciativas do Governo e inspira, por meio de exemplos de pessoas que encontraram na defesa da natureza, uma eficaz forma de mudar o mundo.

Ouçã em: bit.ly/PodcastGreenpeace-Brasil

TEVE CONHECIMENTO DE ALGUMA SUSPEITA DE PRÁTICA CONTRA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA OU OS DIREITOS DA COLETIVIDADE?

Sabe de incoerências ou abusos públicos ou privados que busquem o lucro individual e prejudiquem a sociedade? Você pode ser um agente de mudança! Envie uma mensagem com o seu relato como mensagem privada para o Facebook do Observatório de Justiça e Conservação (OJC), para o Instagram (@justicaeco) ou mande um e-mail para: justicaeconservacao@gmail.com.

Sua denúncia pode virar reportagem e ser encaminhada aos órgãos responsáveis!

UTILIDADE PÚBLICA

Telefones Úteis

Fique esperto! Em caso de emergência ou dúvidas, não hesite. Ligue para os órgãos responsáveis!

SERVIÇO MÉDICO DE URGÊNCIA - SAMU - 192

CORPO DE BOMBEIROS / SIATE - 193

Antonina - (41) 3432-2132

Guaratuba - (41) 3442-1635

Matinhos - (41) 3453-6169

Paranaguá - (41) 3427-2006

Pontal do Paraná - (41) 3458-5276

Morretes - (41) 3462-4299

POLÍCIA MILITAR - 190

Antonina - (41) 3432-1165 / 3432-1828

Guaraqueçaba - (41) 3482-1369

Guaratuba - (41) 3442-1400 / 3472-1955

Matinhos - (41) 3452-8400

Morretes - (41) 3462-2870 / 3462-8055

Paranaguá - (41) 3420-2450 / 3420-9800

Pontal do Paraná - (41) 3458-1055 / 3455-9650

POLÍCIA CIVIL - 197

Antonina - (41) 3432-1234

Guaratuba - (41) 3442-1180

Matinhos - (41) 3473-1823

Morretes - (41) 3462-1202

Paranaguá - (41) 3420-3600 / 3423 / 2466

Pontal do Paraná - (41) 3457-1546

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - 191 (Emergências)

POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - 198 (Emergências)

Guaratuba - (41) 3442-1132 (ferry-boat)

Guaratuba - (41) 3472-6283 (Balneário Coroados)

Matinhos - (41) 3457-1045 (Alexandra-Matinhos)

Pontal do Paraná - (41) 3458-2377 (Praia de Leste)

POLÍCIA AMBIENTAL (Força Verde) - 0800-643-0304

(Todos os dias em horário comercial)

Disque Denúncia – Exploração Sexual de Crianças - 100

Narcodenúncia - 181

SANEPAR - 115

COPEL - 0800 51 00116

PROCON - 0800 41 1512

Ferry- boat - (41) 3472-1024 (Guaratuba)

IAP - Base Borda do Campo - (41) 3554-1531 / 3213-3847

IAP - Base Morretes - (41) 3462-1155 / 3462-4352

CONSELHO TUTELAR

Antonina - (41) 3978-1094 / 3978-1076 / 8418-0837

Guaratuba - (41) 3442-8137 / 3442-8131 / 9998-3942

Matinhos - (41) 3971-6159 / 3453-6645 / 8405-7181

Morretes - (41) 3462-1217 / 9648-3120

Paranaguá - (41) 3420-2905 / 3420-6080

Pontal do Paraná - (41) 3972-7066 / 8882-0073

PROGRAMA
terceira via

UM CAMINHO DE JUSTIÇA E CIDADANIA



Você sabia que existe um programa de rádio que busca lançar luz para assuntos, decisões, propostas, ações ou inações que fragilizam a conservação da biodiversidade, mas também tem como missão o convite à sociedade para a mobilização?

O programa de rádio “Terceira Via – Um caminho de justiça e cidadania” existe desde 2018 e foi pensado para estimular a participação da comunidade em questões relativas à temáticas públicas para as áreas de meio ambiente, saúde, educação e cidadania e para dar voz ao terceiro setor e às iniciativas da sociedade civil de modo geral.

Por quase dois anos, o Terceira Via, transmitido semanalmente na Rádio Cultura 930 AM, de segunda a sexta-feira, vem promovendo discussões de temas como cidadania, participação cívica, política, atualidades, dilemas urbanos, ecoturismo, tecnologia, inovação, combate à corrupção, soluções sustentáveis, inclusão social e igualdade. Já foram ao ar centenas programas, totalizando em torno de mil horas de promoção desses assuntos por meio da rádio. Ele pode ser ouvido das 8h às 9h!



ANTONINA
HOTEL POUSADA
CAMBOA

41 3432 3267

41 9 87761100